

Universidade Federal da Grande Dourados

Raíssa Teixeira Almeida de Souza

ALBA: alternativa anti-imperialista de integração para a América Latina

Dourados

Fevereiro/2014

Universidade Federal da Grande Dourados

Raíssa Teixeira Almeida de Souza

ALBA: alternativa anti-imperialista de integração para a América Latina

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora da Universidade Federal da Grande Dourados, como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, sob a orientação da Profa. Tchella Fernandes Maso.

Dourados

Fevereiro/2014

Resumo

O presente trabalho apresenta a Alternativa Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA) como uma proposta de integração regional com caráter anti-imperialista. Sua proposta contestando a proposta neoliberal norte-americana, Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), expõe a necessidade de busca de alternativas além do capitalismo norte-americano que tem como característica a dominação, rechaçando as economias e principalmente a sociedade e a cultura latino-americana. Compreender o conceito imperialismo e posteriormente, o histórico da dominação norte-americana e das lutas de libertação latino-americanas alicerçam a importância de uma integração regional voltada para o desenvolvimento social acima do econômico, com a cooperação e a solidariedade como princípios base para o crescimento da região é apresentada a ALBA.

Palavras-chave: imperialismo; Estados Unidos; América Latina; ALCA; ALBA; integração regional.

Sumário

Introdução	4
Capítulo 1 – Considerações à cerca do imperialismo	6
1.1. O Conceito de imperialismo para Lenin	8
1.2. Releitura da teoria clássica do Imperialismo	14
Capítulo 2 – Políticas de dominação dos Estados Unidos para a América Latina	17
2.1. Ascensão norte-americana	17
2.2. Políticas norte-americanas no século XX	20
2.2.1. 1880-1933: expansão e intervenções diretas	20
2.2.2. 1934-1959: penetração pacífica e acordos econômicos	22
2.2.3. 1959-1985: medidas contrarrevolucionárias	24
2.2.4. Pós-1985 aos anos 2000: neoliberalismo e tratados de livre comércio	25
Capítulo 3 – a luta pela independência latino-americana	29
3.1. Lutas de libertação do século XIX	29
3.1.1. 1880-1905: início das lutas anti-imperialistas	32
3.1.2. 1905-1920: evolução das revoltas anti-imperialistas	36
3.1.3. 1920-1935: a classe operária e um novo ciclo de lutas anti-imperialistas	37
3.1.4. 1935-1959: políticas de nacionalismo de caráter capitalista	39
3.1.5. 1959-1985: Revolução Cubana e sua importância na história latino-americana	40
3.1.6. Pós-1985: o neoliberalismo e políticas latino-americanas pós-neoliberais	42
Capítulo 4 – ALBA: modelo alternativo às propostas neoliberais de integração regional	43
4.1. Proposta da ALBA e seu embasamento histórico	43
4.2. Conferências presidenciais	46
4.3. Princípios da ALBA	49
4.4. Oposição à ALCA e seu caráter anti-imperialista	51
Considerações finais	53
Referências Bibliográficas	55

Introdução

Este trabalho analisará as relações entre Estados Unidos e América Latina entre os séculos XIX e XXI, com ênfase no imperialismo e na resistência, a fim de compreender o caráter anti-imperialista da Alternativa Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA). Para tal, faz-se necessário revisar autores que analisam o conceito de imperialismo como *Imperialismo: fase superior do capitalismo*, de Vladimir Lenin e *A questão do imperialismo*, de Atílio Borón. Estes auxiliam na interpretação da nova forma do capitalismo do século XIX até a atualidade, apontando diferenças e semelhanças entre o recém criado imperialismo e sua evolução até o século XXI.

O imperialismo como uma consequência da evolução do capitalismo do fim do século XIX e principalmente no século XX, é a chave conceitual utilizada na monografia para compreender a relação dos Estados Unidos com a América Latina.

O capitalismo da livre concorrência passa a ser monopolista e sua necessidade de expansão de mercado faz com que os Estados Unidos invistam em sua participação tanto econômica, como política pelo continente. Lenin (1982) aponta que o surgimento dos modernos monopólios datam de 1860-1870, quando os Estados Unidos dão início à sua escalada como potência econômica (DONGHI, 2011).

Para Lenin, a Primeira Guerra Mundial representa um confronto entre potências para se definir a partilha do mundo, onde tal divisão resolveria as zonas de influência onde cada Estado dominaria as relações econômicas e, conseqüentemente, as relações políticas. Ao fim da guerra, os Estados Unidos se estabeleceram como um Estado econômica e politicamente estável, expandindo seu mercado para o continente e exercendo influência sobre a economia, política, sociedade e cultura. O desenvolvimento da ideia capitalista norte-americana de liberdade e democracia, asfixia a soberania dos países latino-americanos através da dominação exercida pelo capitalismo imperialista. O representante principal do novo capitalismo do século XX são os bancos, os quais influenciam diretamente o crescimento dos monopólios pelo mundo e para as transações de capitais.

Entende-se que o acúmulo de capitais não tem por objetivo a melhoria da condição de vida das massas dos países onde os produzem, mas sim tão somente ampliar os lucros das potências dominantes.

A dominação dos países por uma potência capitalista demonstra a imposição do sistema econômico vigente, e esta é, segundo Lenin, a característica marcante do novo

capitalismo: a dominação para a satisfação dos interesses das potências que, na segunda metade do século XX são representadas pelos Estados Unidos.

A segunda parte do trabalho aborda uma perspectiva histórica, enfatizando as políticas norte-americanas adotadas desde o século XIX para a América Latina e sua tentativa de libertação tomando como base o livro *História da América Latina*, de Túlio Halperin Donghi, o qual analisa desde as independências latino-americanas, até meados do século XX; *História contemporânea da América Latina: imperialismo e libertação*, de Pablo González Casanova, cuja obra ajuda a entender como se deu o desenvolvimento da influência norte-americana na região desde o século XIX até a década de 1980 e *O poder norte-americano e a América Latina no pós-Guerra Fria*, de Marcelo Santos, que apresenta as políticas norte-americanas desde sua estabilidade política em meados do século XIX até a proposição da ALCA em 1994.

Compreendendo os fatores teóricos da evolução do capitalismo para imperialismo e os acontecimentos históricos do sistema de dominação imperialista norte-americano, desenvolvido no decorrer do século XX, realiza-se o estudo da integração regional proposto pela ALBA. Esta surge em 2004 como alternativa anti-imperialista, entendendo que as propostas neoliberais para a América Latina não têm ajudado a promover o desenvolvimento econômico, político, social e cultural do continente.

Para compreender o porquê da criação de uma alternativa à política econômica oferecida pelos Estados Unidos é importante retroceder até o fim do século XIX para analisar todo o processo de dominação norte-americana e como esse processo influenciou na história latino-americana e gerou resistências. Logo o esforço deste trabalho é proporcionar um panorama histórico e deste extrair as regularidades que permitam conceber o caráter anti-imperialista da ALBA. Vale destacar que o método histórico é defendido pela perspectiva marxista adotada nesta pesquisa. A qual possui profunda relação com as premissas da ALBA.

A ALBA, com sua proposta de desenvolvimento e integração apoiadas pelo ideal socialista, diferencia-se das propostas neoliberais que foram implantadas durante o século XX e utilizadas como modelo político na década de 1990 na região, após a Guerra Fria. Quando o capitalismo se tornou o sistema econômico e político hegemônico, culminando em propostas como os tratados de livre comércio, notadamente a ALCA.

Políticas como Doutrina Monroe, Pan-americanismo, Corolário Roosevelt, Big Stick, Diplomacia do Dólar, Política da Boa Vizinhança, Aliança para o Progresso, políticas de contenção do comunismo, propostas de tratados de livre comércio e a própria ALCA, nada

mais são do que exemplos de como os Estados Unidos articulam interesses econômicos, de dominação e preservação do poder na região.

Na perspectiva de libertação latino-americana, Bolívar e Martí são dois exemplos de libertadores que tinham ideais integracionistas e anti-imperialistas e que lutavam por uma América Latina livre da dominação capitalista ocidental, tentando criar uma alternativa à política dominadora dos países imperialistas desde os tempos das independências latino-americanas no século XIX, cujas lutas de libertação são apresentadas no terceiro capítulo.

Após a análise conceitual e histórica é possível observar que a ALBA possui um claro caráter anti-imperialista. Desta forma, o objetivo da quarta parte deste trabalho é compreender os motivos da criação da ALBA, proposta apresentada em contestação à proposta neoliberal norte-americana. Esse arranjo e modelo de integração proposta apresenta princípios que esclarecem sua preocupação com o desenvolvimento social acima do desenvolvimento econômico, destacando que propostas como a ALCA apenas traduzem o interesse imperialista de exploração dos recursos e mercados da região.

O projeto da ALBA é inspirado nas inúmeras lutas de resistência à ocupação durante o processo de colonização onde se destacam os Incas, Maias, Astecas e outras nações indígenas que lutaram bravamente contra a conquista e a escravidão. Inspira-se também nas lutas pela independência ocorridas durante o século XIX, compreendendo que ideais de integração da região latino-americana devem respeitar a autodeterminação dos povos e a soberania dos Estados. E acima de tudo, que o desenvolvimento de cada país é importante para o crescimento de toda a região. Isso demonstra que o importante não é somente o crescimento mercantil, mas sim o progresso com complementaridade, cooperação e solidariedade para todos, para não haver avanço dos mais ricos em detrimento dos mais pobres.

Com esta análise, este trabalho procura demonstrar o caráter anti-imperialista da ALBA desde sua idealização até sua fundação e crescimento, com resoluções de suas conferências que iniciam-se em 2004.

Capítulo 1 – Considerações à cerca do imperialismo

O conceito de imperialismo surge no fim do século XIX, se estabelece e prossegue se intensificando no século XX, permanecendo forte durante o início do século XXI, acontecimento que coincide com o início da relação da América Latina com os Estados Unidos. Para tal compreensão é feita análise dos autores como Vladimir Lenin e Atílio Borón que põem a par o conceito de imperialismo, como ele se desenvolveu a partir do fim do século

XIX e como foi seu avanço no século XX, até o atual desenvolvimento do sistema monopolista e de expansão extraterritorial após um século, culminando em dominação da região latino-americana pelos Estados Unidos. Essa contextualização da América Latina trazida por Borón juntamente com o conceito clássico de imperialismo de Lenin é imprescindível para se compreender a evolução da relação política e econômica com os Estados Unidos durante o século XIX e XX, quando consolida-se como potência mundial e afirma seu interesse pelo continente americano.

O ponto inicial para se compreender o atual desenvolvimento inicia na evolução do capitalismo e então a conceituação de imperialismo; passa pela evolução do imperialismo durante todo o século XX e conclui com a contextualização do conceito de imperialismo na América Latina atualmente, embasando-se posteriormente na análise histórica nos capítulos posteriores.

Vladimir Lenin analisa em *Imperialismo: fase superior do capitalismo* a livre concorrência como uma fase já ultrapassada do sistema capitalista¹ encontrando-se no centro do capitalismo o monopólio, que é a supressão da livre concorrência, especialmente em relação à indústria de base², que se transforma em um pequeno conglomerado de ricos investidores e acabam por controlar praticamente toda a linha de produção, desde a extração até o produto final. Desta forma, é perceptível – e se não for, em breve se tornará - como a necessidade dos países capitalistas de se expandir gera a partilha do mundo como meio para a obtenção de seus interesses monopolistas.

O Imperialismo, segundo Lenin³, é uma mudança natural do capitalismo, uma fase superior que se iniciou a partir do fim do século XIX, tornando-se mais evidente no início do

¹ “(...) os meios de produção e de troca, nos quais a burguesia erigiu-se, foram gerados na sociedade feudal. Em um certo estágio de desenvolvimento dos meios de produção e de troca, as condições sob as quais a sociedade feudal produziu e trocou, a organização feudal de agricultura e indústria manufatureira, resumindo, as relações de propriedade feudais tornaram-se não mais compatíveis com as forças produtivas já desenvolvidas. Tornaram-se grilhões. Tinham de ser estilhaçados. Foram estilhaçados. No seu lugar, entrou a concorrência livre, acompanhada por uma constituição social e política adaptada a ela e sob o controle econômico e político da classe burguesa.” (MARX e ENGELS, 2001, p.16-17)

² Indústria do minério e do carvão.

³ Lenin apoia sua pesquisa analisando autores como Hobson, Kautsky e Hilferding, que retomam o estudo sobre o imperialismo. De forma específica, Hobson fala de aspectos econômicos e políticos do imperialismo e Kautsky constrói um olhar liberal sobre a temática. Além disso, Lenin mostra que, pelas palavras do economista alemão Kestner, o modo de produção e comercialização do monopólio faz com que haja a dominação destas poucas empresas que controlam o restante da vida econômica, e critica a atuação dos chamados por ele de ‘economistas burgueses’ que analisam o imperialismo, mostrando a esfera de empresas que concentram-se em um cartel, truste e outros e tentam não dar ênfase a questão da dominação que Lenin vê como parte importante da questão imperialista (LENIN, 1982).

século XX. A livre concorrência com a livre circulação de mercadorias é a política econômica corrente, pois é uma forma fácil de expansão para os países capitalistas; sua aglutinação resulta em monopólios dos países centrais, os quais possuem bens de consumo e industriais, havendo a necessidade de expandir o mercado para que pudessem satisfazer, de um lado, as suas necessidades de matéria-prima e de outro, os mercados consumidores, inviabilizando os pequenos empreendimentos e manufaturas de se estabelecerem no mercado nacional e internacional (LENIN, 1982).

Em resumo, A monopolização do ambiente interno leva a necessidade de crescimento, desta forma era preciso extrapolar as fronteiras e procurar novos mercados tanto de consumo, quanto de matéria-prima e mão-de-obra capaz de produzir muito e custar pouco. O foco principal da nova fase do capitalismo no mundo é a exportação de capitais, traço característico do imperialismo. (LENIN, 1982).

Rosa Luxemburgo em seu livro *Acumulação do Capital* também mostra essa necessidade do capitalismo de se expandir para outros territórios, sendo claro o objetivo dos países capitalistas no início do século XX.

O imperialismo é a expressão política do processo de acumulação do capital, em sua luta para conquistar as regiões não-capitalistas que não se encontrem ainda dominadas. Geograficamente, esse meio abrange, ainda hoje, a grande parte da Terra. Mas, comparado com o poder do capital já acumulado nos velhos países capitalistas, que luta para encontrar mercados para seu excesso de produção, e possibilidades de capitalização para sua mais-valia (...) (LUXEMBURG, 1976, p.392)

Rosa Luxemburgo desta forma mostra que há a necessidade de se compreender as raízes do imperialismo, interpretando sua teoria para que seja possível combatê-lo.

(...) é necessário investigar e descobrir, com toda a exatidão, as leis econômicas que regem essas relações, as verdadeiras raízes desse grande e emaranhado complexo de fenômenos que formam o imperialismo. Neste, como em tantos outros casos, não poderemos lutar contra o imperialismo com a segurança, clareza e decisão indispensáveis na política do proletariado, se antes não focalizarmos o problema em suas raízes com absoluta clareza teórica. (...) (LUXEMBURG, 1976, p.431)

1.1. O conceito de imperialismo para Lenin

A implantação das estradas de ferro pelas grandes potências entre 1870 e 1913 é de importância singular para a expansão do capitalismo e sua partilha desigual é o resultado do moderno capitalismo monopolista.

O período de 1860-1870, é a década de nascimento dos modernos monopólios e quando se inicia a ascensão dos Estados Unidos como potência econômica⁴, já no início do século XX, este passa a substituir definitivamente o antigo capitalismo (LENIN, 1982). A crise ocorrida em 1873, tratada por Lenin como ‘crack’ contextualiza o início do desenvolvimento dos monopólios ocorria na Europa no fim do século XIX. Com o apogeu da livre concorrência entre 1860-1880 naquele continente, a organização capitalista dos Estados começa a se modificar. A depressão advinda do ‘crack’ interrompeu imperceptivelmente e por volta de 1889 ocorre uma expansão econômica curta, mas significativa.

Nesse período de expansão o sistema de cartéis é utilizado em larga escala como forma de garantir a exploração naquela conjuntura, porém a alta de preços que ocorreu por conta dessa nova forma de capitalismo faz com que estes se desmantelassem, causando um novo ciclo de crise nos anos seguintes. A indústria, por sua vez, apenas sofreu uma pausa em seu desenvolvimento, porém já havia começado a modificar-se preparando uma nova conjuntura favorável, que se inicia em meados de 1890 (LENIN, 1982).

(...) O capitalismo se transformou num sistema universal de opressão colonial e de asfixia financeira da imensa maioria da população do globo por um punhado de países ‘avançados’. E a partilha desse ‘saque faz-se entre duas ou três aves de rapina, com importância mundial, armadas até os dentes (América⁵, Inglaterra, Japão) que arrastam consigo toda a Terra na sua guerra pela partilha de seu saque.” (LENIN, 1982, p.11)

Com essa modificação das indústrias, os cartéis saem de um papel periférico na economia mundial para se tornarem a forma principal do capitalismo da época, e desta forma a evolução do capitalismo para o imperialismo é perceptível (LENIN, 1982). O surgimento de monopólios é consequência do crescimento da indústria de base envolvendo todos os grandes setores da economia em pequenos grupos criados nos países europeus e também nos Estados Unidos, com uma expansão vertiginosa a partir do início do século XX. Aqui o monopólio se caracteriza em abarcar diversas empresas focando variada produção de materiais para as empresas monopolistas, desta forma, possuindo desde a matéria-prima até o produto final,

⁴ Os Estados Unidos se afirmam como potência econômica mundial explicitamente após a Segunda Guerra Mundial, no entanto, já no fim do século XIX começa a dar os passos que farão atingir tal status. Como afirma Halperin Donghi em 1930 os Estados Unidos já ultrapassava os investimentos europeus na América Latina.

⁵ Lenin utiliza o vocativo América referindo-se aos Estados Unidos.

houve assim a tomada de pequenas empresas por grandes conglomerados tornando o mercado interno incapaz de suprir a produção das grandes empresas. Inicia-se a expansão territorial.

Esse desenvolvimento desenfreado da indústria, principalmente a indústria pesada que é a mais cartelizada, como a do carvão e do ferro, faz com que defensores do capitalismo como Liefmann, afirmem que a questão do negócio de risco ou no estrangeiro seja uma etapa de desenvolvimento da economia nacional, esse aumento de risco torna o negócio mais rentável, mas a desproporção que ocorre na economia nacional pode ocasionar crises afirmando que esta forma do mercado se desenvolver, faz com que transformações econômicas aumentem a especulação e tais crises tornam o monopólio cada vez mais corrente no sistema econômico das grandes potências (LENIN, 1982).

Portanto, com o desenvolvimento capitalista consolidado em meados do século XIX, há uma nova forma de estabelecimento do poder dos países centrais pelo mundo, os bancos.

Os bancos⁶ por sua vez têm por função essencial serem intermediários nos pagamentos e dispõem à classe capitalista o lucro que obtêm. O aumento dos lucros dos bancos faz com que haja uma concentração destes e que se dividam em poucos grupos, evoluindo de um grande número de pequenos intermediários para um pequeno grupo de grandes monopolistas. Essa centralização do capital em um único organismo acentua o papel dos grandes monopólios subordinando assim tanto o comércio como a indústria da sociedade capitalista (LENIN, 1982).

(...) graças às contas correntes e outras operações bancárias eles podem *conhecer exatamente* a situação de tal ou tais capitalistas e, em seguida, *controlá-los*, agir sobre eles, alargando-lhes ou restringindo-lhes, facilitando-lhes ou travando-lhes o crédito e, finalmente, *determinar inteiramente* a sua sorte, determinar os rendimentos das suas empresas, privá-los de capitais, ou permitir-lhes aumentá-los rapidamente em proporções enormes, etc. (LENIN, 1982, p.35)

Com o grande acúmulo de capital exercido pelos bancos, o processo de concentração de capitais é extremamente reforçado, criando um laço de dependência da grande indústria com um pequeno grupo de bancos. Tal concentração de poder reforça-se à união destes dois primeiros com o poder estatal, beneficiando o monopólio, demonstrando assim o fim do

⁶ Lenin aponta reflexões de Jeidels, autor da obra sobre bancos e indústrias na Alemanha, em qual é exposto o desenvolvimento dos cartéis a partir de 1900, onde na crise de 1873 marcou a fase onde empresas que conseguiram se manter no mercado tivessem um desenvolvimento acentuado, mas as empresas que passaram pela crise de 1900, conseguiram aniquilar pequenas empresas do mesmo ramo e manter o mercado ainda mais concentrado (LENIN, 1982, p.40).

antigo capitalismo da livre concorrência e o começo do imperialismo capitalista (LENIN, 1982).

O novo capitalismo é caracterizado pela exportação de capitais sem elevar o nível das massas populares (LENIN, 1982). Como explica Lenin,

(...) Enquanto o capitalismo continuar capitalismo, o excedente de capitais será afetado, não para elevar o nível de vida das massas de um dado país, pois daí resultaria uma diminuição de lucros para os capitalistas, mas para aumentar estes lucros, mediante exportação de capitais para o estrangeiro, para os países subdesenvolvidos. (...) (LENIN, 1982, p.61)

A ação dos monopólios faz com que a produção de mercadorias não seja o modo mais rentável de produção e assim, as maquinações financeiras, que vem da especulação, “(...) que sabe calcular antecipadamente ou pelo menos pressentir o desenvolvimento orgânico e as possibilidades de certas ligações entre as diferentes empresas e bancos.” (LENIN, 1982, p.26) torna-se o principal recurso capitalista.

A questão colonial entra exatamente no momento em que há a necessidade destes grupos capitalistas expandirem seus negócios além de seus territórios. América Latina, África e Ásia tornam-se alvos econômicos, com o estabelecimento de sedes de empresas dos países imperialistas, como bancos e outras instituições. Conseqüentemente definindo os territórios, as fronteiras e as organizações políticas em suas zonas de influência para melhor atender a seus interesses (LENIN, 1982).

O surgimento dos monopólios e a expansão territorial mostra a evolução da livre concorrência, forma principal de capitalismo até o fim do século XIX, para uma acumulação da produção interna que exige um escoamento desta, tornando-se o modo de produção vigente no sistema mundial, englobando o mundo na economia e na política capitalista.

Os países que representavam um monopólio de importante grandeza e também com significativas colônias em seu poder eram Inglaterra, Rússia, França, Alemanha, Estados Unidos e Japão, com a junção dos monopólios privados e de Estado, e assim começa a luta imperialista pela partilha do mundo⁷ (LENIN, 1982).

Os países capitalistas começam uma política colonial⁸ para a partilha do globo e quanto mais concentrado ficam os monopólios e aumenta a concorrência, maior é a

⁷ “A época do capitalismo moderno mostra-nos que entre os grupos capitalistas se estabelecem certas relações *baseadas* sobre a partilha econômica do mundo e que, paralela e conseqüentemente, se estabeleceram entre os grupos políticos, entre os Estados, relações baseadas na partilha territorial do mundo, na luta pelas colônias, na ‘luta pelos territórios econômicos’.” (LENIN, 1982, p.74)

⁸ Exceto os Estados Unidos que não utilizaram do mesmo método de dominação dos Europeus.

necessidade de busca de novas fontes de matérias-primas e mão-de-obra, como é o caso da América Latina.

A superestrutura extra-econômica que se ergue, alicerçada no capital financeiro, assim como a política, a ideologia deste último, reforçam a tendência para as conquistas coloniais, ‘O capital financeiro quer, não a liberdade, mas o domínio’ diz muito corretamente Hilferding. (...)’ (LENIN, 1982, p. 83)

Então essa superestrutura capitalista e sua necessidade de expansão mostram que a dominação de territórios para a supressão da necessidade de escoamento da produção dos países centrais torna essa conquista violenta de forma a estabelecer o poder econômico e político para a satisfação de seus interesses mediante imposição da forma capitalista, para organizar os países periféricos na zona de influência norte-americana. Esse domínio e a violência em relação à conquista evidenciam a característica principal do novo capitalismo que surge com os monopólios (LENIN, 1982).

A questão da dominação como característica do capitalismo, mostra que este não se limita a apenas colônias e colonizadores, mas também cria uma influência tal dos Estados imperialistas, que países com dependência política, são dependentes financeira e diplomaticamente. Estes colonizadores são rivais de modo que lutam para se tornarem hegemonia, e isso caracteriza essencialmente o imperialismo, e mostra que essa supremacia do capital financeiro acentua desigualdades e contradições da economia mundial (LENIN, 1982, p.93).

As relações de domínio e a violência que elas implicam, eis o que é típico da “fase mais recente do desenvolvimento do capitalismo”, eis o que necessariamente deveria resultar, e que efetivamente resultou, da formação de monopólios econômicos todo-poderosos. (LENIN, 1982, p.27)

Essa acentuação de desigualdades entre os países do mundo por conta do capital financeiro mostra também como a civilização europeia e, posteriormente, a norte-americana constroem-se sobre uma imagem de superioridade. Isso, por terem uma organização social que consideram mais avançada do que em lugares como a América Latina, África e Ásia, apresentando como necessária a sua intervenção para que tais regiões conseguissem se desenvolver (AYERBE, 2002; SANTOS, 2007).

Importante frisar que a questão étnica defendida pelos países centrais, mostra que a dominação capitalista usa como argumento uma superioridade inerente à sua vontade de expansão territorial, tendo apoio das classes dominantes dos países latino-americanos, estabelecendo assim o capitalismo em detrimento dos movimentos operários, camponeses e índios (LENIN, 1982).

Um exemplo da dominação dos países capitalistas é a Guerra Hispano-americana, que se inicia com a explosão de um navio americano em Cuba em 1898⁹. Essa guerra mostra o contexto da disputa territorial das antigas potências coloniais representadas por Portugal e Espanha, contra as potências do século XIX representadas por Estados Unidos e Grã-Bretanha (RAMOS, 2009).

Deste modo, a questão do monopólio mostra a sua ligação direta com o domínio dos países centrais em relação aos países periféricos e o domínio das classes dominantes em relação às massas. Este domínio remete à exploração destes países periféricos que se tornam as fontes de matérias-primas e mão-de-obra barata dos países centrais. Esta característica do novo capitalismo como sendo dominador e explorador é parasitário (LENIN, 1982).

Monopólios, oligarquias, tendências para o domínio em vez de tendências para a liberdade, exploração de um número sempre crescente de nações pequenas e fracas por um punhado de nações extremamente ricas ou poderosas: tudo isso originou os traços específicos do imperialismo que permitem caracterizá-lo como um capitalismo parasitário ou decomposto. (...) (LENIN, 1982, p. 123)

O monopólio muitas vezes é o fator central do caos da produção capitalista, agravando-o e aumentando-o. A agricultura e a indústria acabam por se desenvolver com uma acentuada diferença, enquanto a segunda cresce de forma fulminante, a primeira decresce significativamente nos países capitalistas (LENIN, 1982), diferente dos países latino-americanos, que tinham seu mercado voltado à exportação de produtos primários e nenhum desenvolvimento industrial relevante.

Nesse esquema, cabia à América Latina, como parte da periferia do sistema econômico mundial, o papel específico de produzir alimentos e matérias-primas para os grandes centros industriais. Nele não havia espaço para a industrialização dos países novos. (PREBISCH, 2000, P.71)

⁹ “(...) as manobras das esquadras espanholas e americanas nos mares de Cuba e das Filipinas não eram acontecimentos distantes relatados de forma desapaixonada e neutra. A guerra envolvia a monarquia espanhola, (...), e ia ser travada no Atlântico.” (RAMOS, 2009); “Nos Estados Unidos, a guerra imperialista de 1898 contra a Espanha provocou a oposição dos “anti-imperialistas”, os últimos moicanos da democracia burguesa, que qualificavam essa guerra de “criminosa”, consideravam anticonstitucional a anexação de terras alheias, denunciavam como “um engano dos chauvinistas” a atitude para com Aguinaldo, o chefe dos indígenas filipinos (depois de lhe prometerem a liberdade do seu país, desembarcaram tropas americanas e anexaram as Filipinas) (...)” (LENIN, 1982, p.110)

A exemplo disso, a divisão das estradas de ferro do mundo pelas grandes potências entre 1870 e 1913 é de importância singular para a expansão do capitalismo e sua partilha desigual.

Vale ressaltar que, os conflitos são, nessa perspectiva, inevitáveis, derivados da existência da propriedade privada dos meios de produção, por conta disso os Estados são tratados como potências beligerantes, que conseqüentemente se conflituam pela luta de espaços para seus mercados e matéria-prima (Lenin, 1982).

Decorrente dessa disputa de território de influência a Primeira Guerra Mundial é facilmente compreendida como uma guerra imperialista, conflito esse que tinha por objetivo definir as divisões do mundo para se definir as “zonas de influência” do capital financeiro (LENIN, 1982).

A problemática capitalista não é somente a forma com a qual o monopólio se relaciona com a partilha e dominação dos países periféricos e um simples retorno à política de livre concorrência do capitalismo, mas a supressão do capitalismo seria necessária para que houvesse de fato uma emancipação do proletariado¹⁰ (LENIN, 1982).

1.2. Releitura da teoria clássica do imperialismo

A leitura de Lenin e sua interpretação de Liefmann se distingue do que ocorre pós anos 1940, que segundo Borón,

O período que se inicia no final da década de quarenta, entretanto, põe seriamente em crise a dita premissa: trata-se dos ‘trinta anos gloriosos’ do pós-guerra, a época de maior crescimento jamais experimentado pelas economias capitalistas em seu conjunto. São os anos do capitalismo keynesiano, da instauração do “estado de bem estar” e da maior expansão desse modo de produção em toda história. Nunca antes o capitalismo havia crescido simultaneamente em tantos países, por tanto tempo e a taxas tão elevadas. Contudo, nesse contexto tão dinâmico produz-se a agressiva expansão do imperialismo norte-americano por toda a face da terra. A clássica conexão entre crise capitalista e expansão imperialista ficava, desse modo, quebrada; não somente na crise, mas também na prosperidade o capitalismo embarca-se em uma desenfreada expansão imperial, desatando a perplexidade daqueles que ainda agarravam-se às formulações das teorias clássicas do imperialismo (...) (BORÓN, 2007)

¹⁰ “(...) A resposta do proletariado à política econômica do capital financeiro não pode ser o livre-câmbio tão-só o socialismo. Não é o restabelecimento da livre concorrência, tornado ideal reacionário, que atualmente, pode servir de fim à política proletária, mas unicamente a abolição completa da concorrência pela supressão do capitalismo.” (LENIN, 1982, p.112)

Borón em *A questão do imperialismo* aponta para novidades que distinguem a ideia de imperialismo da teoria clássica e o que ocorre atualmente. Iniciando pela diferença do desenvolvimento imperialista pós-1940; a mudança na forma com que se rivalizam, antigamente pelo conflito armado e hoje em dia por concorrência econômica; hipertrofia do sistema financeiro internacional; o papel dos Estados Unidos como potência centralizada e única, com União Europeia e Japão como meros coadjuvantes é um exemplo claro de mudança da ideia de imperialismo quando esta se criou no início do século XX, quando não apenas um país possuía um poder de influência mundial grandioso, como ocorre atualmente; e com o desenvolvimento do poder dos Estados Unidos pelo mundo, exemplos como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), mostram como instituições mundiais e com grande influência sobre a economia dos países subdesenvolvidos são grandes dispositivos que respondem aos interesses imperialistas, principalmente norte-americano; e outra forma importante de dominação dos Estados Unidos é o poder audiovisual que pode ser implantado no mundo e com um forte apelo ao imperialismo cultural (BORÓN, 2007).

(...) Em primeiro lugar, o papel do Fundo Monetário Internacional e, em geral, das instituições financeiras mal chamadas intergovernamentais, posto que sua dependência do governo dos Estados Unidos as converteram, de fato, em extensões da Casa Branca. (...) Aos países da periferia, oprimidos pelo peso da dívida externa, são impostas políticas econômicas que realimentam ou reproduzem de maneira ampliada a primazia dos interesses norte-americanos sobre os demais membros do sistema internacional. (...) (BORÓN, 2007)

No Ano de 1989, é implantado o neoliberalismo na América Latina, pelo Consenso de Washington, momento que marca a aceitação do modelo econômico e político ditados pelos Estados Unidos. As consequências imediatas do neoliberalismo latino-americano foram dívida interna e externa, desnacionalização da produção, altas taxas de desemprego, baixo desenvolvimento econômico e continuidade na má gestão das condições sociais (FILGUEIRAS, 2003).

Borón discorda da opinião de Hardt e Negri¹¹ entendendo que não há possibilidade de interpretação dos acontecimentos atuais em relação à dominação imperialista levando em conta teorias clássicas sobre o capitalismo e por consequência o imperialismo, mas que também é de suma importância a análise dos clássicos, pois documentam o processo de

¹¹ Império de Hardt e Negri analisa o imperialismo como uma fase já concluída e que se encontra no estado atual um império, comparando a política norte-americana de dominação com o modelo expansionista do século XIX e XX.

mudança do capitalismo iniciado no fim do século XIX até o período pré-1940, compreendendo assim o processo do imperialismo, principalmente o imperialismo norte-americano na América Latina. Hardt e Negri afirmam que já não há imperialismo, pois a representação do Estado-nação perde para as poderosas transnacionais, Borón critica pois tais transnacionais representam e se alocam nos países desenvolvidos, essa dita globalização dos meios de produção e do mercado diminuem consideravelmente a soberania nacional dos países periféricos (BORÓN, 2007).

(...) Os países da América Latina, para dar um exemplo próximo, possuem hoje estados nacionais muito mais débeis que antes, com menores capacidades de autodeterminação, e reduzidas capacidades de intervenção e regulação na esfera do mercado. Isso, longe de ser um “produto natural”, foi o resultado das políticas neoliberais promovidas pelos governos dos capitalismos metropolitanos para facilitar os negócios de “suas” empresas e a sucção de superlucros extraídos da periferia do sistema. (...) Por outro lado, e em consonância com o que mostrava Noam Chomsky em diversas intervenções, se há um país no mundo que exerce uma soberania nacional quase absoluta, esse não é outro que não os Estados Unidos. A decisão de arrasar terceiros países sem contar com sequer uma mínima cobertura formal das Nações Unidas ou da OTAN é uma prova concludente a respeito. (BORÓN, 2007)

A influência norte-americana na América Latina no século XX ocorre não só economicamente falando, mas também política, militar e culturalmente, este momento marca a subida dos Estados Unidos para o topo do poder global, poder financeiro, militar e cultural¹².

O imperialismo hoje se reforça com um imperialismo cultural, que através do enorme desenvolvimento dos meios de comunicação de massas torna possível a imposição das idéias e dos valores da sociedade norte-americana de forma tal que nenhuma das experiências imperiais anteriores pôde sequer sonhar. Cerca de três quartos das imagens audiovisuais que circulam pelo planeta são produzidas nos Estados Unidos, projetando deste modo uma imagem propagandística, e falsa até a medula, do sistema e de suas supostamente ilimitadas capacidades para satisfazer todas as aspirações materiais e espirituais da humanidade. As consequências políticas desta realidade são profundas e de longa vida. (BORÓN, 2007)

Com essa compreensão de que o imperialismo é a consequência da evolução da livre concorrência para os grandes monopólios e que a influência e o poder exercidos pelos Estados Unidos na América Latina inicia-se juntamente com seu desenvolvimento econômico e político, a análise histórica das políticas norte-americanas explicam como foi a relação de ambos desde o século XIX até o século XXI.

¹² A dominação cultural se inicia com a participação norte-americana na Segunda Guerra Mundial, conseguindo se inserir e romper muitas resistências da cultura nativa mais velha (CASANOVA, 1987).

Capítulo 2 – Políticas de dominação dos Estados Unidos para a América Latina

Após se compreender o conceito de imperialismo e o contextualizar com as releituras aplicadas à América Latina, no presente capítulo são abordados as relações dessa região com os Estados Unidos, em perspectiva histórica. Isso para que seja entendido o processo de desenvolvimento e expansão dos Estados Unidos sobre o continente. Analisa-se o contexto pós-independência para compreender a política isolacionista durante o século XIX, posteriormente a expansão pelo continente com objetivo de desenvolver seu sistema político e econômico perante os países da América Latina como área de interesse. O imperialismo norte-americano sobre a América Latina apresenta nuances, não é homogêneo. Logo faz-se necessário compreender as diferentes formas de intervencionismo e garantia de seus interesses no hemisfério.

Os períodos abordados tem início no pós-independência norte-americana compreendendo a evolução da política e da economia interna, posteriormente evoluindo para sua expansão ideológica pelo continente americano com o Destino Manifesto e a Doutrina Monroe, e assim seu desenvolvimento como potência regional com interferências diretas que se iniciam ainda no século XIX na América Central e Caribe.

2.1. Ascensão norte-americana

Após sua independência em 1776, os Estados Unidos mantêm uma política isolacionista praticamente durante todo o século XIX, período de consolidação do seu ambiente interno, tendo seu desenvolvimento industrial, econômico e político como objetivo principal (SANTOS, 2007).

(...) o isolacionismo significou a rejeição a compromissos externos, como forma de garantir a nação livre de interferências que pudessem comprometer a pureza, tanto de seus excepcionais valores morais, como de suas sofisticadas intuições. Havia a convicção entre os norte-americanos de estarem construindo algo novo e diferente do resto do mundo que, portanto, precisava ser preservado, para posteriormente servir de modelo e exemplo a outros povos. (SCHLESINGER; LAFEBER; HUNTINGTON *apud* SANTOS, 2007)

O interesse norte-americano de se expandir pelo continente é percebido meio século depois de sua independência quando o presidente James Monroe propõe uma doutrina para proteger os países americanos. A Doutrina Monroe, criada em 1823, com o lema “América para os americanos declarando que era “(...) inadmissível a recolonização ou qualquer

intervenção europeia nos assuntos internos e externos dos países americanos (...)” (SANTOS, 2007, p.21), em um contexto de expansão dos países capitalistas. Logo, essa doutrina foi criada como forma de proteção do continente para possíveis intervenções europeias em relação à dominação econômica e política, abrangendo sua segurança interna para o hemisfério (SANTOS, 2007).

Basicamente os Estados Unidos visavam a preservação de seu sistema e liberdade, estendendo posteriormente sua preocupação a todo o continente, que começou a ser percebido como uma extensão normal e natural do interesse norte-americano. Uma ameaça ao continente, dessa forma, se converteria em um perigo direto aos próprios Estados Unidos, que deveriam garantir a integridade e a estabilidade hemisférica, o que efetivamente foi feito, primeiro de maneira indireta e depois direta. (PECEQUILO *apud* SANTOS, 2007, p.21)

No período de 1865, quando a Guerra de Secessão termina, os Estados Unidos se consolidam na política e na economia nacional, desenvolvendo seu setor econômico substancialmente neste período, quando os monopólios e reduzidos grupos capitalistas se estabelecem no lugar de empresas públicas. O que demonstra a consolidação do sistema capitalista norte-americano, com características concentradoras unindo o capital industrial com o capital financeiro, sendo seguido de recessões por mostrar a dificuldade de expansão econômica no âmbito interno, explicada por falta de mercado interno para seus produtos. Assim os grupos dominantes dos Estados Unidos apoiam uma expansão para o mercado externo (SANTOS, 2007).

Diferente das potências européias, que estavam conquistando e partilhando territórios, os EUA procuravam estabelecer seus interesses econômicos não através de colônias formais, mas por meio da garantia do cumprimento de suas regras mercantis e concorrenciais no exterior. Tal estratégia permitiria aos EUA expandir posteriormente o seu poder econômico pelo mundo sem ter que carregar os problemas do colonialismo tradicional, garantindo, assim, a sua estabilidade doméstica e sua liberdade de ação no sistema internacional. Em diversos momentos e nos mais distintos lugares, essa continua sendo uma estratégia peculiar do poder norte-americano. (SANTOS, 2007, p.26)

Essa estratégia norte-americana de expansão foi utilizada pela primeira vez na América Latina, começando pelas intervenções militares do fim do século XIX¹³, em nome da democracia e a tentativa de “institucionalizar regras mercantis e concorrenciais” (SANTOS, 2007, p.26). Inicia-se no período o Pan-americanismo, uma tentativa de distanciar as potências europeias da região. Entre 1889 e 1890, realiza-se a Conferência Pan-Americana

¹³ Momento em que os Estados Unidos lutam contra os países europeus pelos territórios latino-americanos, vínculo direto com a luta dos países da região pela independência.

com a proposta dos Estados Unidos de se criar uma união entre os Estados americanos, com o intuito de assegurar um espaço para seus interesses. Mesmo a conferência não tenha dado certo, durante todo o século XX é perceptível a tentativa para criar “(...) organizações multilaterais na região, destinadas a facilitar e impulsionar os interesses transnacionais das corporações norte-americanas” (SANTOS, 2007).

Após sua independência e consolidação como República constitucional federal, os Estados Unidos, afirmam-se como a nação da liberdade e da democracia. Apoiando-se na ideia de uma nação escolhida por Deus, John A. O’Sullivan emprega o termo Destino Manifesto, o qual é utilizado pelo governo e mídia norte-americanos para defender uma política de expansão pelo continente americano. No entanto, essa doutrina de superioridade ancorada aos ideais democráticos e libertários, possui interesses expansionistas, imperialistas e intervencionistas (PECEQUILO *apud* SANTOS, 2007).

O ideário do Destino Manifesto justificava a vontade de ordenar o mundo conforme as crenças norte-americanas, o povo dos Estados Unidos considerava-se predestinado a promover seus valores para o mundo. A superioridade pregada pelos Estados Unidos estava ligada à economia e, principalmente, ao desenvolvimento político baseado na liberdade e na democracia, conformando uma perspectiva de missão civilizadora por parte destes para com a América Latina considerada atrasada econômica, política, social e culturalmente (AYERBE, 2002, p.52; SANTOS, 2007, p.23).

(...) É nesse sentido que o Destino Manifesto casa-se com os interesses econômicos, financeiros, políticos, militares, sociais e culturais dos setores dominantes da sociedade norte-americana. A mesma missão civilizadora que supostamente ensina aos outros povos a democracia, a liberdade e a justiça, também garante os negócios, os lucros e o consumismo exacerbado. (SANTOS, 2007, p.23)

A ideia norte-americana para desvencilhar os países europeus do continente americano era também pela sua expansão na região, tendo uma política diferente da colonização europeia, com o objetivo de “(...) expandir comércio e influência, anexar territórios - em suma transformar-se em Grande Potência sem ser necessária uma política de poder. (...)” (KISSINGER *apud* SANTOS, 2007, p.21)

Enquanto isso, no fim do século XIX na perspectiva europeia, a expansão econômica das potências inglesa e alemã mostrou a necessidade de se expandir territorialmente para uma ampliação do mercado interno, consequência direta dos monopólios, e desta forma, Ásia e África se tornaram os receptores da produção industrial das potências e fonte para matéria-prima. Os Estados Unidos no mesmo período passa por desenvolvimento semelhante,

percebendo que a expansão pela América seria mais vantajosa, com características distintas da dominação europeia (SANTOS, 2007).

A primeira demonstração de força militar dos Estados Unidos, ocorrida no sentido de impedir as ações das grandes potências na região, ocorreu somente no final do século XIX. Na ocasião, o governo norte-americano conseguiu impedir a invasão da Venezuela, planejada em 1895 pela Inglaterra e Alemanha, que desejavam o pagamento das dívidas do governo venezuelano com os bancos europeus. (SANTOS, 2007, p.22)

Interessante perceber que durante o século XIX a influência norte-americana se mostra voltada para a América Central, onde conquista territórios anteriormente mexicanos e começa a se consolidar na região como um Estado dominante (DONGHI, 2011). Assim, a expansão norte-americana começa a se mostrar como mais direta, a América Central e o Caribe são exemplos de intervenção, como em Cuba, e a Guerra Hispano-americana (SAIANI, 2012).

2.2. Políticas norte-americanas no século XX

Casanova (1987) subdivide a fase de desenvolvimento da dominação norte-americana em três períodos que englobam desde o início do Pan-Americanismo, seu desenvolvimento conforme o imperialismo se expandiu pela América Latina e como suas políticas para o continente tinham por objetivo responder a seus interesses econômicos e políticos. Para facilitar a apresentação do estudo, utilizaremos tal divisão, acrescida de uma última fase que se inicia em 1984/1985 e perdura até nossos dias.

2.2.1. 1880-1933: expansão e intervenções diretas

A década de 1880 marca o início do imperialismo no mundo com o capital monopolista: a criação do primeiro truste, a Standard Oil Company of New Jersey; a ideologia expansionista, com o desenvolvimento da marinha e tropas definidas para invasão; e em 1889 os Estados Unidos organizam a Primeira Conferência Pan-Americana com o intuito de sujeitar os países latino-americanos diplomaticamente. A conferência falhou, suas vitórias foram mediante a força naval (CASANOVA, 1987).

O desenvolvimento acentuado dos monopólios, a necessidade de se expandir por regiões com a indústria menos desenvolvida, e a necessidade de fornecimento de recursos para alimentar o ciclo capitalista torna os territórios com menor formação política e econômica o alvo dos países imperialistas.

(...) As inovações tecnológicas aceleram a diferenciação entre países industrializados e de economia agropastoril. Aumentam a população, o consumo, a urbanização e a renda do setor assalariado nos países mais desenvolvidos (...). Esses fatores, em conjunto, contribuem para tornar esses países mais dependentes do fornecimento de matérias-primas, na medida em que se multiplica a demanda tanto da indústria como do consumo de massa exigindo cada vez mais o controle das fontes de fornecimento de produtor primários, especialmente as situadas na África, Ásia e América Latina. (AYERBE, 2002, p.47)

Em 1904, o governo do presidente Theodore Roosevelt (1901-1909), criou o Corolário Roosevelt, política que intervém diretamente nos assuntos internos e externos do hemisfério (SANTOS, 2007; CASANOVA, 1987), associada à política do Big Stick, que tinha o apoio das classes dominantes latino-americanas e usavam de táticas repressivas para conter as massas insatisfeitas e que tentavam fugir do modelo norte-americano (SANTOS, 2007; CASANOVA, 1987).

Uma estratégia utilizada pelos Estados Unidos para continuar e aumentar sua influência na América Latina foi a diplomacia do Big Stick, que foi instituída logo no início do século XX, quando passam de isolacionistas para intervencionistas e começam sua expansão pela América Latina. (SANTOS, 2007, p.28)

Com o propósito de garantir seus interesses na América Latina foi utilizado intervenção militar com caráter agressivo por tentarem distanciar sua política e economia da influência dos Estados Unidos¹⁴, desta forma sofreram interferências diretas apoiadas por grupos nacionais favoráveis à política norte-americana (SANTOS, 2007).

Outra proposta dos Estados Unidos para a América Latina foi a Diplomacia do Dólar, que foi criada pelo presidente William H. Taft (1909-1913), que se utilizava de recursos econômicos, para manter a supremacia norte-americana no continente. Empréstimos e financiamentos vinculavam os países latino-americanos e suas questões internas diretamente com os Estados Unidos, que tinha o intuito de manter sua supremacia perante os países latino-americanos, ao mesmo tempo afastava a influência da Europa da região, e estabilizava a região para a expansão das companhias norte-americanas (SCHILLING *apud* SANTOS, 2007, p.30).

A política da Diplomacia do Dólar fez com que os interesses dos Estados Unidos se firmassem durante o século XX, deixando a economia dos países latino-americanos vinculada aos preceitos norte-americanos (SANTOS, 2007).

¹⁴ Costa Rica, Cuba, Chile, Panamá, República Dominicana são exemplos de países que sofreram interferência norte-americana (SANTOS, 2007).

Note-se que na Diplomacia do Dólar há uma combinação de preocupações econômicas e de segurança hemisférica que atrela a ajuda financeira à estabilidade da região nos moldes propostos pelas elites dirigentes dos EUA. Fica evidente a relação de cumplicidade entre os grupos econômicos e o governo norte-americano. (...) (SANTOS, 2007, p.31)

Com o crescimento exacerbado das potências capitalistas e o expansionismo destas pelo mundo, a consequência de tais acontecimentos resulta na Primeira Guerra Mundial, que evidencia a disputa das potências por territórios periféricos para o escoamento de produção e a extração de matéria-prima. A entrada dos Estados Unidos na guerra mostra a sua preocupação com seus interesses em relação à Europa e a sua consolidação como força militar, econômica e política (SANTOS, 2007).

Com o fim da Primeira Guerra Mundial, a supremacia econômica norte-americana é incontestável, mas durante as décadas de 1920 e 1930 não se evidenciavam no cenário internacional por se isolarem de relações com a Europa e suas colônias. Sua intervenção nas questões latino-americanas porém, mantinham-se (SANTOS, 2007).

No contexto da crise de 1929¹⁵, ascensão do nazi-fascismo na Europa e identificação dos países latino-americanos com essa política, sendo percebido nos governos de Getúlio Vargas no Brasil e Juan Perón na Argentina, os Estados Unidos perceberam que a política para a América Latina deveria ser reformulada. A partir dos anos 1930, com o repúdio latino-americano para com o tratamento norte-americano na América Central e Caribe, os Estados Unidos percebem a necessidade de mudança na política aplicada na região (CASANOVA, 1987; SANTOS, 2007).

2.2.2. 1934-1959: penetração pacífica e acordos econômicos

A política norte-americana para a América Latina entra em seu segundo período quando os Estados Unidos têm por objetivo penetrar seus interesses “pacificamente” pelo continente, para que os países latino-americanos se mantivessem dentro da zona de influência norte-americana (CASANOVA, 1987).

¹⁵ “Os prolegômenos da crise foram dando sinais até que “a orgia dos lucros estourou em 24 de outubro de 1929” com a queda de 50% nas cotações da Bolsa de Valores de Nova York; nos dias que sucederam, o “pânico” tomou conta de acionistas. Na “Quinta-Feira negra”, 29 de outubro, “16,4 milhões de ações foram postas à venda”, e, na falta de compradores, chegaram a perder 80% de seu valor, desencadeando uma série de falências, e perdas de patrimônio de pequenos, médios e grandes investidores.” (NUNES, 2012, p.223)

A Política da Boa Vizinhança¹⁶ representava um retorno ao Pan-americanismo, como política imperialista para a América Latina, com adaptações¹⁷ a fim de preservar a manutenção da influência norte-americana na região (SANTOS, 2007; CASANOVA, 1987).

Tomadas em conjunto, as estratégias da Boa Vizinhança consistiam por um lado, em atenuar o descontentamento latino-americano para impedir o avanço de movimentos populares anti-imperialistas, e, por outro lado, unir a América Latina em torno soa EUA como forma de afastar imperialismos rivais. Dessa forma, os EUA adotaram uma posição mais realista e flexível em relação à América Latina procurando respeitar a organização política interna de cada país. (SANTOS, 2007, p.34)

Então, a mudança de política em relação à América Latina tornou-se necessária a partir do momento em que os Estados Unidos perceberam que sua intervenção econômica, política e militar se tornou prejudicial à sua influência no continente. A política da Boa Vizinhança, complementada com a Defesa Hemisférica¹⁸ reafirma a soberania norte-americana no continente e um novo formato menos intervencionista dos Estados Unidos (CASANOVA, 1987). Essa defesa do continente foi firmada em um “(...) acordo de que qualquer ataque a um país americano significaria um atentado a todo o continente.” (SARAIVA, 2008, p.186)

Em 1945, a Organização das Nações Unidas era criada para mediar a paz do pós-guerra (SARAIVA, 2008) e em 1948 é criada a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) que tem por objetivo apoiar o desenvolvimento econômico, social e sustentável da região e contribuir para a relação entre eles e entre os demais países do mundo (CEPAL), enquanto a Organização dos Estados Americanos (OEA), que foi a conversão do Sistema Pan-americano (AGUIRRE, 2006), tem por objetivo defender a soberania dos países assinantes (OEA).

A Organização dos Estados Americanos foi criada na conferência de Bogotá em 1948, com intuito de evitar conflitos internacionais da região, proposta pelos Estados Unidos, tal

¹⁶ “(...) Em 1933, o presidente Franklin D. Roosevelt (1933-1945), ao mesmo tempo em que anunciava o New Deal no plano interno, também implementava no plano externo a Política da Boa Vizinhança.” (SANTOS, 2007, p.33)

¹⁷ “*O segundo período da história do imperialismo* norte-americano na América Latina (1934-1959) apresentou uma característica essencial: o governo dos EUA tentou consolidar seu poder por meio de uma penetração pacífica, de integração econômica e de coordenação das forças políticas e militares dentro de um sistema ‘pan-americano’. (...)” (CASANOVA, 1987, p.20)

¹⁸ “(...) que num sentido estritamente militar, decidia sobre a exclusividade das forças armadas norte-americana a tarefa da defesa hemisférica, e que em contrapartida, destinava às forças armadas da latino-América a manutenção da ordem política e social em seus territórios.” (NASCIMENTO, 2009, p.1).

organização tinha por objetivo impedir que houvesse influência soviética sobre a região (DONGHI, 2011).

(...) e a fundação da OEA (1948) contra o perigo ‘de uma intervenção extracontinental’ e contra o suposto perigo de uma ‘conspiração comunista’ visava atacar qualquer movimento anti-imperialista, acusando seus dirigentes de comunistas (...) (CASANOVA, 1987, p.146)

Após o fim da Segunda Guerra Mundial a política exercida pelos Estados Unidos, chamada de Diplomacia Total, se apoiava em três vertentes (SANTOS, 2007): a primeira delas é segurança, com a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN); a segunda são as questões monetárias, com a Conferência Monetária das Nações Unidas de Bretton Woods em 1944, que modificou o câmbio flutuante para o câmbio fixo e mudou o padrão ouro para o padrão dólar, moeda que se tornou a mais importante para transações financeiras e aumentou sua supremacia econômica, ocasionando o desenvolvimento das suas grandes corporações (AYERBE, 2002; FURTADO, TEIXEIRA *apud* SANTOS, 2007; BARREIROS, 2009), além disso, criou o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM) e o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (Gatt), instituições que mais tarde afetariam as economias latino-americanas com grandes dívidas (BORÓN, 2007). E a terceira vertente é a supremacia econômica dos Estados Unidos que expandiu corporações e disseminou seu padrão econômico e político (FURTADO; TEIXEIRA *apud* SANTOS, 2007).

O período de 1947 a 1973 mostra que a economia dos Estados Unidos se consolidou e que seu poderio foi aceito pelos países capitalistas. A política externa norte-americana se moldou conforme sua introdução como novo modelo de organização política e econômica, com ênfase na luta contra o comunismo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) que se estabeleceu como grande potência no pós-Segunda Guerra. Portanto, políticas como Plano Marshall, reconstrução do Japão e políticas de estímulo à industrialização da África, Ásia e América Latina tinham o intuito de conter o comunismo e expandir o capitalismo pelo mundo (SANTOS, 2007).

2.2.3. 1959-1985: medidas contrarrevolucionárias

Na administração de Kennedy (1961-1963) e Johnson (1963-1969), admite-se que as políticas precedentes não foram eficientes para manter de forma estável os países latino-americanos dentro da esfera de influência norte-americana, seguindo o exemplo da Revolução Cubana de 1959, outros países poderiam fazer o mesmo. Kennedy propôs então que a relação

com a União Soviética fosse na melhoria tecnológica, de produção e comércio, mostrando o *American way of life* como a superioridade da sociedade norte-americana (AYERBE, 2002, 115; CASANOVA, 1987).

Kennedy cria a Aliança para o Progresso (Alpro) com o intuito de ajudar com empréstimos e reforma interna dos países latino-americanos (CASANOVA, 1987; AGUIRRE, 2006); e Johnson ao assumir volta à política do *Big Stick* (IANNI, 1974; AYERBE, 2002).

(...) a Diplomacia Total norte-americana durante os governos de L.B. Johnson (*sic*) (1963-1969) e R. Nixon / J. Ford (1969-1977) passou a apoiar e fomentar governos ditatoriais e totalitários de direita em substituição a governos percebidos como de esquerda (nacionalistas, populares, comunistas). (...) (SANTOS, 2007, p.40)

Golpes militares, deposições presidenciais, intervenções militares, assassinatos, são exemplos de acontecimentos entre as décadas de 1960 e 1970 que marcaram a política norte-americana de contenção a movimentos sociais, nacionais e contra hegemônicos (SANTOS, 2007; AGUIRRE, 2006). A década de 1970 marcou o primeiro recuo no desenvolvimento econômico dos Estados Unidos (AYERBE, 2002).

No fim da década de 1970 e início de 1980, a política norte-americana mudou sua estratégia por ter passado por uma crise, é assim que no governo de James Carter (1977-1981) a defesa dos direitos humanos, da democracia e a autodeterminação dos povos, faz com que ameace cortar empréstimos aos países latino-americanos que desrespeitassem tais premissas (SANTOS, 2007). E no governo de Ronald Reagan (1981-1989) a luta contra o comunismo foi marcada por políticas para conter grupos próximos da URSS na América Latina, ajudando aliados internos financeira, militar e estrategicamente, mostrando que a União Soviética já estava fragilizada (SANTOS, 2007).

(...) pode-se dizer que todas as vezes que governos e setores sociais latino-americanos buscaram resolver seus problemas fora dos marcos do imperialismo norte-americano, seja pelo capitalismo nacional ou pelo socialismo, sofreram a ação contrarrevolucionária dos EUA e os seus aliados internos. (SANTOS, 2007, p.43)

2.2.4. Pós-1985 aos anos 2000: neoliberalismo e tratados de livre comércio

O período de 1964 a 1989 marcou a agressividade militarista dos Estados Unidos para a América Latina, do período desenvolvimentista e populista, mudando para o terreno

econômico, com a proposta da ALCA¹⁹ (1990) sendo o exemplo atual de tentativa de integração neoliberal norte-americana, uma das novas armas econômicas de dominação e hegemonia (GANDÁSEGUI, 2004).

Em 1989, o fim da Guerra Fria marcou a intensificação das mudanças sociais, culturais, econômicas e políticas, com o capitalismo se disseminando como processo civilizatório mundial, ideologia da qual o principal país representante era (e ainda é) os Estados Unidos (SANTOS, 2007; AGUIRRE, 2006; OLIVA, 2007).

Essa consolidação do sistema capitalista, representado principalmente pelos Estados Unidos, iniciou o processo de disseminação da ideologia neoliberal procurando fortalecer não somente a liberalização dos mercados financeiros, mas também a comercial (DUMÉNIL, LÉVY, 2006; SASTRE, 2004; SANTOS, 2007).

O começo da tentativa de liberalização na América vem no governo de George Bush em 1990²⁰, com a “Iniciativa para as Américas” que tinha o intuito de institucionalizar uma área de livre comércio na região²¹ (AGUIRRE, 2006; OLIVA, 2007; SANTOS, 2007).

Em 1994, o presidente Bill Clinton reuniu 33 chefes de Estado das Américas, excluindo Cuba, para firmar compromisso da região com a construção de uma área de livre comércio do continente (SASTRE, 2004; AGUIRRE, 2006; SANTOS, 2007).

Analisando as pautas de discussão apresentada pelos Estados Unidos, como liberalização de setores financeiros, de produção, saúde, tecnologia, propriedade intelectual é notável as exceções e ressalvas apresentadas pelo mesmo para proteger o comércio e a produção norte-americana, como sua legislação *antidumping* e a proteção da agricultura (GANDÁSEGUI, 2004; SASTRE, 2004; SANTOS, 2007).

Para se desenvolver a ALCA foi apresentado um projeto com três pontos centrais, sendo eles “comércio, dívida externa e investimento” (SANTOS, 2007, p.146). Em relação ao comércio a proposta é a de livre circulação e eliminação de barreiras entre os Estados Unidos e a América Latina, excluindo discussões em relação à moeda única e livre circulação de

¹⁹ O neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Seu texto de origem é O Caminho da Servidão, de Friedrich Hayek, escrito já em 1944. Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciada como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política. (ANDERSON, 1995)

²⁰ Com a consolidação do capitalismo como sistema econômico e político vigente pós-Guerra Fria (SANTOS, 2007).

²¹ Assinado em 1992, o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) vem como precedente da ideia da Aliança de Livre Comércio das Américas (ALCA) (SANTOS, 2007; OLIVA, 2007; SASTRE, 2004).

pessoas; a dívida externa seria diminuída em pequena escala contanto que os países da região respeitassem ajustes estruturais do FMI e Banco Mundial (SANTOS, 2007); e um fundo de investimentos administrados pelo BID e Banco Mundial (VIGEVANI & MARIANO *apud* SANTOS, 2007). A dominação norte-americana é observada com a sua influência em instituições internacionais como FMI, Banco Mundial e BID, que controlam a estrutura econômica nacional dos países latino-americanos, tirando assim a soberania de cada Estado.

Essa ligação entre estas organizações internacionais e os Estados Unidos mencionada no capítulo um fica clara na década de 1990, quando a submissão dos países latino-americanos a essas instituições se expande e sua dependência em relação a elas aumenta.

Santos (2007) aponta alguns fatores que mostram as intenções norte-americanas com uma proposta de tratado de livre comércio com a América Latina. Como exemplo temos a propriedade intelectual, com os Estados Unidos apresentando propostas nas quais sustenta ao máximo o desenvolvimento de normas rígidas em relação ao tema, restringindo o acesso dos países periféricos; importante também a proposta de direitos às transnacionais sem obrigações, com liberalização radical e pouca intervenção estatal nas questões comerciais, proibindo a vantagem dos investidores nacionais em detrimento dos externos; liberalização total do setor de serviços²²; proibição de oferta estatal de serviços que não sigam a lógica econômica, apenas se não competir com os investidores externos.

É conclusivo que a proposta norte-americana da ALCA apresenta um caráter neoliberal com intuito de fortalecimento do poder dos Estados Unidos sobre a região, procurando sempre assegurar o investimento externo em detrimento do investimento nacional, desrespeitando desde o início da dominação norte-americana pelo continente a soberania estatal dos países da América Latina (SANTOS, 2007).

(...) o projeto ALCA pode ser visto como a complementação e a consolidação jurídica do processo de reformas liberalizantes promovidas na região nas últimas décadas sob monitoramento de Washington. Em conjunto, a maior parte das políticas, das reformas e das instituições recomendadas pelos EUA significam negar aos países da região a possibilidade de utilizarem instrumentos de política econômica que os próprios norte-americanos e os demais países centrais usaram durante seus respectivos processos de desenvolvimento. (SANTOS, 2007, p.149)

O cronograma acordado em 1998 na Quarta Reunião Ministerial de San José para a constituição da ALCA teve seu cumprimento até o ano de 2002, quando as negociações para o funcionamento da aliança foi liderado por Estados Unidos e Brasil, com sua desaceleração por

²² Os Estados Unidos são os maiores exportadores de serviços do mundo (SANTOS, 2007).

divergências entre os norte-americanos e os países do Mercosul, conseqüentemente a inauguração prevista para 2005 não ocorreu (GANDÁSEGUI, 2004; SASTRE, 2004; SANTOS, 2007).

(...) nessas negociações da ALCA ficou evidente a histórica visão Pan-americanista dos EUA, na qual a soberania das Américas e buscando receptividade aos seus projetos, os EUA mais uma vez partiram do pressuposto da existência de uma comunidade de unidade de objetivos e interesses econômicos políticos, culturais e militares de todos os países do hemisfério ocidental. Porém, paradoxalmente, divulgando os princípios de igualdade, cooperação, solidariedade e parceria, os EUA foram deixando claro durante as negociações que o acordo deveria ocorrer fundamentalmente em conformidade com os seus interesses geoeconômicos, o que para a América Latina significaria restringir ainda mais sua capacidade de traçar políticas autônomas de desenvolvimento, como, por exemplo, praticar políticas industriais ativas. (SANTOS, 2007, p.173)

As divergências nas questões da ALCA podem ser entendidas conforme a evolução do capitalismo e do desenvolvimento desigual entre os países do mundo e nomeadamente do continente. Após o fim da Guerra Fria e também da redemocratização dos países latino-americanos a abertura de mercado ocorre, com a liberalização e a privatização. Essa abertura tem por objetivo uma inserção mais significativa por ser uma nova fase política e econômica, a globalização como sinônimo de desenvolvimento. Mas com as crises e o desequilíbrio de desenvolvimento dos países, houve uma mudança política na região, mostrando para os governos e os movimentos sociais que o desenvolvimento na América Latina foi desigual e que acordos como a ALCA eram do interesse dos Estados Unidos. Desta forma, seguir incondicionalmente resoluções criadas ou propostas pelos norte-americanos poderiam ser prejudiciais para questões internas, como questões sociais e de economia dependente (SANTOS, 2007).

Portanto, é importante compreender a análise do imperialismo, iniciada no fim do século XIX com a dominação interna dos monopólios e posteriormente com a expansão territorial. O século XX marca o desenvolvimento do imperialismo norte-americano com sua influência na América Latina. A leitura histórica deste capítulo situa o processo de dominação dos Estados Unidos e sua evolução, principalmente após a Primeira Guerra Mundial, modificando e moldando a política e a economia dos países periféricos. A década de 1990 inicia um novo ciclo da ordem mundial pós-Guerra Fria e assim a política neoliberal, ditada pelos Estados Unidos, é implantada na América Latina. O desenvolvimento de propostas de integração visando o livre comércio surgem como uma forma de crescimento da região. O

século XXI surge com uma mudança na política latino-americana e propostas contrárias às apresentadas pelos Estados Unidos surgem simultaneamente.

Esta análise é a base para a compreensão do processo contrário à ALCA criado por Venezuela e Cuba, buscando uma alternativa ao processo de integração apresentado pelos Estados Unidos.

Capítulo 3 – A luta pela independência latino-americana

Para se compreender ALBA e seu projeto contrário às propostas dos Estados Unidos, observou-se a evolução do poder norte-americano na América Latina. No presente capítulo, exploraremos a perspectiva latino-americana de luta pela libertação desde sua independência das metrópoles europeias até o momento em que se luta pela independência da influência imperialista norte-americana com apoio das elites nacionais é imprescindível. Tal construção corresponde aos antecedentes do intento de Chaves e Castro em construir uma alternativa para o continente. Além disso, ícones da libertação, como José Martí e Simon Bolívar, são retomados por essa proposta de integração anti-imperialista.

A análise feita neste capítulo baseia-se nos períodos destacados por Casas no contexto das independências latino-americanas e posteriormente por Casanova. Este analisa desde o fim do século XIX até a década de 1980, e nós acrescentamos um sexto momento, referente à década de 1990 e o início do século XXI, a fim de estudar as políticas neoliberais pós-Guerra Fria na região. Vale destacar que demos mais ênfase ao contexto descrito por Casas e o primeiro período de Casanova, 1880-1905, a fim de retratar os líderes mais enaltecidos pela Revolução Bolivariana e pelo projeto alternativo da ALBA.

3.1. Lutas de libertação do século XIX

Acontecimentos do fim do século XVIII como insurreições e revoltas mostravam o descontentamento que foi se criando durante toda a colonização da América. Em 1808, quando Napoleão derruba o rei da Espanha, as colônias europeias na América Latina começaram a se rebelar e criar revoluções para a independência perante as metrópoles para se autogovernarem. Os criollos (que segundo Casas é um conceito que abarca brancos, mestiços, mulatos, negros e indígenas), perceberam que a independência deveria ser levada adiante por meio de uma luta concertada no continente (CASAS, 2007).

Casas (2007) divide em três períodos que vão de 1810 a 1828, mostrando a evolução da necessidade de libertação até a procura de uma integração para conseguir consolidar a independência latino-americana.

La primera, previa al estallido generalizado de los movimientos revolucionarios y que se identifica como la de los ‘precursores’, en buena medida fundamentó e impulso inicial de las etapas posteriores. La segunda, entre 1810- 1821, que consiste en la formulación e intercambio de declaraciones unilaterales de unionismo continental; la tercera, entre 1821 y 1828, que supone el planteamiento de gestiones diplomáticas de unionismo continental (...). (CASAS, 2007, p.28)

Muitos nomes se destacaram na luta pela libertação americana da dominação europeia durante todo o século XIX e XX. Dentre eles, libertadores como Miguel Hidalgo no México em 1810, Mariano Moreno, José Artigas em 1811, Bernardo O’Higgins, José Cecílio del Valle; revoltas contra o império brasileiro; Ideias como a integração Gran Colombia em 1821 e a proposta de Congresso hispano-americano em 1822 são exemplos de tentativas de libertação do poder das metrópoles europeias que ainda dominavam os territórios latino-americanos no início do século XIX (CASAS, 2007).

Exemplo importante de luta pela liberdade e unidade latino-americana foi José San Martín, que em 1817 começa suas lutas e triunfa no Chile e no Peru, se encontrando com Bolívar em 1821. Bolívar, também lutava pela libertação, iniciando no Haiti e seguindo até a Venezuela para reconquistá-la (CASAS, 2007; DONGHI, 2011). San Martín desejava para a unidade latino-americana uma Monarquia Constitucional, diferente de Simón Bolívar, que queria uma República (CASAS, 2007).

Simón Bolívar merece destaque na análise histórica da América Latina e sua luta pela libertação, pois defendia a união do continente sendo um dos líderes mais lembrados por movimentos recentes, dentre os quais se destaca a ALBA (CASAS, 2007; DONGHI, 2011).

Uno de sus mayores méritos radica en haber conjugado la claridad conceptual y doctrinaria, con una visión estratégica (no taticista o cortoplacista) basada en principios progresistas de organización política y democrática, anclados, al tiempo, en un fuerte realismo político (que hace que lo descartemos como un utopista), con el que se adaptaba a los momentos y desafíos del proceso independentista. (...) (CASAS, 2007, p.52)

A visão de Bolívar sobre o expansionismo norte-americano é alicerçado nos maus resultados trazidos para a região latino-americana em nome da liberdade. Sendo assim a visão de integração da América Latina de Bolívar tem conteúdo anti-imperialista, com a defendendo a soberania do território latino-americano, território este tão desejado pelos Estados Unidos (CASAS, 2007).

Simón Bolívar foi uma importante figura da libertação latino-americana de a luta pela união do continente, inspirado na ideia de Francisco Miranda, a concepção “magnocolombista” e também de outros precursores. Afirmava que para que se conseguisse a liberdade da região era preciso a unidade americana. É perceptível o realismo político de Bolívar por ele entender que não havia possibilidade de a ideia de um Estado-nação continental fosse concebida, pelo menos em sua situação da época, desta forma, propunha uma confederação dos Estados do continente, uma nação americana (CASAS, 2007).

Sua luta passou a ter caráter social ao decorrer de sua estadia no Haiti quando observou a primeira república de ex-escravos independente. Percebeu a necessidade da libertação dos escravos e que a derrota de muitos movimentos de libertação era devido à falta de participação popular e apoio de escravos e indígenas. Na Venezuela entre 1816 e 1817, aboliu a escravidão e acabou com a servidão, implementando o regime salarial (CASAS, 2007).

No começo da década de 1820, existiam estados-nação independentes como México, Colômbia, Perú, Chile, no Rio da Prata e, posteriormente na América Central. O interesse de Bolívar era travar acordos bilaterais para unir os países recém-independentes, e em 1824 surge a ideia de um Congresso Geral do continente, Bolívar defendia a ideia de uma união entre os territórios que estavam se consolidando, afirmando que seria uma vantagem para a luta contra as agressões estrangeiras, de forma a defender a soberania de cada Estado unido (CASAS, 2007). Além dos países da América do Sul Setentrional (DONGHI, 2011), apoiava também o Caribe (CASAS, 2007).

(...) Los estados son esclavos por la naturaliza de su constitución o por el abuso de ella; luego, un pueblo es esclavo cuando el gobierno, por su esencia o por sus vicios, holla y usurpa los derechos del ciudadano o súbdito. Aplicando estos principios, hallaremos que la América no solamente estaba privada de su libertad, sino también de la tiranía activa y dominante. (BOLIVAR, 1999, p.11)

Vale ressaltar que as independências na América Espanhola foram favorecidas pelo relacionamento sistêmico da Inglaterra e dos Estados Unidos e o enfraquecimento político e econômico da coroa espanhola. Explica Halperin Donghi que,

(...) com a restauração da monarquia na Espanha, a neutralidade britânica tornou-se mais favorável à revolução na América Espanhola; de Miranda a Bolívar, os revolucionários tinham confiado numa ajuda britânica por causa do deterioramento das relações entre Inglaterra e Espanha. Essa ajuda chegou mais tarde do que se esperava, mas ainda em tempo para contribuir para uma mais rápida conclusão do conflito... Os Estados Unidos (...) alinhavam-se abertamente com a política britânica: a doutrina de Monroe, adotada em dezembro 1823, declarava – entre outras coisas – a oposição da

América do Norte à reconquista da América espanhola pela Europa da Restauração. (DONGHI, 2011, p.79-80)

Um importante ponto na transição da relação da América espanhola com a Europa, para então se relacionarem mais estreitamente com os Estados Unidos, foi a preocupação europeia em arriscar sua estabilidade política e econômica na segunda década do século XIX se afastando do mercado latino-americano e, conseqüentemente perdendo seu espaço para o desenvolvimento do mercado norte-americano (DONGHI, 2011).

É perceptível que com o passar dos anos os países recém independentes, a quantidade de importações aumentou consideravelmente, enquanto a quantidade de exportações não acompanhou tal ritmo, estrutura esta que será chamada por Donghi de novo pacto colonial, o qual apresenta-se com clareza a partir da segunda metade do século XIX. Desta forma o único nicho que enriqueceu no mercado hispano-americano foram os grandes proprietários, enquanto os comerciantes foram prejudicados pela falta de retorno econômico, tal padrão econômico colabora para a formação dos *estados caudillos*, liderados por esses proprietários rurais (DONGHI, 2011).

Sendo assim, esse contexto pós-independências durante o século XIX, é marcado por lutas pela libertação latino-americana da dominação europeia e o surgimento da ideia de união continental. Essa união tinha um caráter importante na luta contra as metrópoles europeias, pois eram de suma importância para a efetivação de independência dos territórios americanos (CASAS, 2007).

Em meados do século XIX surge então o tão utilizado vocativo para a região que saiu das mãos dominadoras espanhola e portuguesa e se tornou a América Latina.

América Latina (o Latinoamérica) es la denominación propuesta por el chileno Francisco Bilbao en 1856 y luego, en 1865, por el colombiano José María Torres Caicedo, para referirse a nuestro subcontinente (incluidos Brasil y el Caribe). Esta noción se ha impuesto hasta nuestros días y ha logrado un importante consenso, junto con la de nuestra América, de José Martí. (CASAS, 2007, p.31)

3.1.1. 1880-1905: início das lutas anti-imperialistas

O primeiro período pelo qual Casanova (1987) analisa as lutas pela libertação latino-americana, vai de 1880 à 1905.

“Com a independência da maioria dos territórios latino-americanos da colonização europeia e da formação dos Estados latino-americanos” (DONGHI, 2011) os criollos foram os

representantes principais da luta pela liberdade da região, começaram a lutar contra a dominação imperialista norte-americana. (CASAS, 2007; DONGHI, 2011).

Movimentos camponeses de resistência marcaram a luta contra o imperialismo na América Latina, movimentos indígenas foram de importância singular da luta dos povos latino-americanos. Resistência armada dos sioux e dos apaches nos EUA; os mapuches chilenos; as tripos Yaqui no México; os maias e mayos também no México; e o movimento de libertação comandado pelo indígena Pablo Zárate Willka, na Bolívia, são exemplos de libertadores indígenas (CASANOVA, 1987). Rebeliões mais antigas como a de Tupac Amaru II, de 1780, mostram a luta anti-colonial latino-americana desde o período de dominação europeia, e que passa à luta contra a dominação norte-americana (PRADO, 2003).

Sobre a correlação de forças na América Latina e os protagonistas de um movimento anti-imperialista,

(...) A história dos movimentos de libertação nacional é, portanto, uma boa introdução à história das massas e ao estudo de várias etapas que mostram um estilo comum de lutas, alianças, ideologias; uma composição parecida de classes e organizações dirigentes da luta nacional e social. (CASANOVA, 1987, p.42)

Após as independências, a luta pela libertação nacional vinha de movimentos populares de ideologia liberal, enquanto que as organizações operárias não tinham condições de lutar contra o colonialismo e o imperialismo, pois tinham pouca discussão sobre a relação da luta contra as classes dominantes e contra o imperialismo (CASANOVA, 1987) “Na época, as organizações operárias pareciam incapazes de assumir como própria a batalha contra o colonialismo e o imperialismo.” (CASANOVA, 1987, p.43)

O caráter mais reformista do que revolucionário mostrava a dificuldade dos socialistas e anarquistas de se desprender das ideias europeias de socialismo e anarquismo. Esse caráter ligado mais à reforma do que à revolução fazia com que houvesse dificuldade dos movimentos operários de desenvolver uma ideia de libertação do imperialismo. A dificuldade de se integrar as lutas fazia com que ideias anti-imperialistas fossem impraticáveis, pois as contestações não se estabeleciam em um nível capaz de colocar a luta contra o imperialismo como pauta principal das reivindicações das massas operárias. Desta forma estas eram mais práticas e realistas, configurando-se nas tentativas de conquista de direitos básicos como diminuição nas horas de trabalho e descanso no domingo. Tudo isso mostra que a luta pela libertação nacional era liderada pela pequena burguesia revolucionária. Então, a luta de socialistas e anarquistas não se voltavam para o poder nacional e social das massas (CASANOVA, 1987).

O fim do século XIX foi a “*belle époque*” do imperialismo as oligarquias latino-americanas viam com bons olhos o desenvolvimento das empresas imperialistas, mas recebiam uma relação mais próxima, pois percebiam um intervencionismo norte-americano em relação aos governos dos países mais próximos. As oligarquias dos países da América Latina se identificavam com o imperialismo, mas mantinham a ideia de assegurar sua soberania (CASANOVA, 1987).

As relações entre os negócios da oligarquia e a expansão imperialista tornaram-se cada vez mais íntimos. O positivismo e o liberalismo proporcionaram os elementos ideológicos tendentes a justificar as concessões de minas, poços de petróleo, terras tropicais, isenções alfandegárias e estradas de ferro. (Casanova, 1987, p.45)

Esse laço das oligarquias nacionais com o objetivo imperialista mostra que a expansão do imperialismo, nomeadamente dos Estados Unidos, tinham a capacidade de influenciar os novos Estados independentes latino-americanos, nesse contexto com a Doutrina Monroe (SANTOS, 2007; AYERBE, 2002) como ajuda norte-americana aos territórios latino-americanos que ainda sofriam ameaças de dominação europeia, era levada à diante. Com essa abertura para os interesses norte-americanos, os interesses das elites nacionais interferindo em terras de camponeses e indígenas e procurando sempre manter operários como uma classe inferiorizada, conflitos foram se propagando por toda a região da América Latina (CASANOVA, 1987).

José Manuel Balmaceda no Chile em 1886, Pablo Zárate Willka em 1900 na Bolívia e José Martí em 1892, em Cuba, são exemplos de revolucionários que lutaram para mudar a realidade latino-americana de dominação imperialista durante o fim século XIX (CASANOVA, 1987).

José Martí merece destaque por sua luta pela liberdade do povo cubano contra a dominação espanhola, que desde o começo do século XIX tentava tornar-se independente. Esse líder representa a cultura dos ideais e das palavras ligadas à ação na América Latina (CASANOVA, 1987), sendo retomado como referência histórica, ao lado de Bolívar, da ALBA.

As características centrais e constantes do pensamento martiano dão ao mesmo uma profundidade que não provém do conhecimento cabal do imperialismo, nem de uma bagagem teórica marxista e nem de um ideal socialista. Em forma não casual e rigorosa, Martí coincidiu com o pensar revolucionário em luta contra o capital monopolista, contra a exploração de classe, contra uma sociedade injusta, tentando fazer com que o povo efetivamente fosse o protagonista da história. Através desse propósito central e definitivo, denunciou sistematicamente o colonialismo, o imperialismo nascente e a oligarquia, lutando simultaneamente contra o reformismo, a

espontaneidade e pela união e educação ideológica das forças potencialmente revolucionárias. (...). (CASANOVA, 1987, p.68)

Diferentemente das ideias integracionistas de Simón Bolívar, José Martí já apresenta um caráter declaradamente anti-imperialista, além de democrático-popular, latino-americanista e crítica à intervenção norte-americana nas guerras de independência de Cuba e Porto Rico (CASAS, 2007). É notável que, a guerra de independência de Cuba, por ter ocorrido do fim do século XIX, teve também a luta social por decorrência do desenvolvimento do capitalismo e a reivindicação nacional como fatores importantes do conflito (SADER, 1992). Critica a visão puramente nacionalista, sua ideia martiana de “Nossa América” mostra a sua perspectiva integracionista e latino-americanista. Lutava contra a oligarquia latino-americana e sua dominação (CASANOVA, 1987; CASAS, 2007).

Sería un gran error encontrar en Martí una posición anti-intelectualista o puramente naturalista. Al contrario: en la medida en que supera ampliamente las coordenadas de la falsa dicotomía entre civilización y barbarie, la cuestión se complejiza y enriquece. Tampoco asume una posición propiamente indigenista, o antioccidental. Por el contrario, un fuerte realismo –en el buen sentido del término– impregna las concepciones de Martí, que no deja tampoco de luchar por la concreción de una utopía –también en su mejor sentido– de “Nuestra América”: ella está comenzando a ser realidad en el umbral de las luchas populares de su tiempo. (CASAS, 2007, p.141-142)

No fim do século XIX, a relação da Espanha com Cuba estava instável e, desta forma, os Estados Unidos interferiram na relação da metrópole com a colônia. O ambiente cubano era rondado pelas ideias espanholas de colonização, o grupo que desejava a revolução e norte-americanos, fazendo com que o presidente McKinley disponibilizasse navios de guerra para Cuba para a proteção dos norte-americanos que se encontravam lá.

Em 1898 o navio norte-americano explode na baía de Cuba e o governo espanhol é responsabilizado. É perceptível que após este evento, o propósito principal que era Cuba para os Estados Unidos se tornou secundário, e a defesa dos interesses norte-americanos e espanhóis se tornaram o objetivo principal do que se transformou na Guerra Hispano-americana. Os Estados Unidos mostra que, sem motivos para intervir, um ataque a um navio era um pretexto para a intervenção de Cuba, que já estava planejada há um tempo, não para sua independência, mas sim com motivações expansionistas e de interesse econômico. Em agosto de 1898 a Espanha perdeu a guerra e teve de abrir mão de sua soberania em Cuba, Porto Rico e outros territórios que foram para o controle norte-americano (SAIANI, 2012).

Martí em sua luta contra a oligarquia mostra que é necessário se entender a dominação para que a luta pela liberdade fosse de fato contínua. Tornou-se chefe político da revolução de

independência de Cuba durante 1892 e 1895, quando morre em batalha. Sua conquista maior foi a unidade dos revolucionários que não havia sido alcançada até então; fundou o Partido Revolucionário Cubano; queria a conscientização anterior a imposição da República para que não houvesse erros já cometidos anteriormente e seu objetivo era satisfazer a vontade do povo (CASANOVA, 1987, p.69-71).

Cuba conquista sua independência em 1901, mas com a Emenda Platt²³, criada pelos Estados Unidos, ficava à mercê das vontades norte-americanas (SADER, 1992, p.7-8).

3.1.2. 1905-1920: evolução das revoltas anti-imperialistas

A partir do século XX, as lutas de libertação tomam uma nova forma, pois mostram-se sensíveis um novo tipo de dominação, a do imperialismo norte-americano. Essa etapa de acontecimentos para a libertação latino-americana inicia-se juntamente com a segunda fase revolucionária²⁴ e termina em 1920 em decorrência da Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa (CASANOVA, 1987).

No fim do século XIX, o movimento operário e os camponeses começam a se organizar por sofrerem com as resoluções das classes dominantes. O socialismo reformista, o socialismo revolucionário e inclusive o anarquismo se estabelecem e começam a ter mais força por conta das repressões sofridas pelas massas (CASANOVA, 1987).

Um exemplo de luta pela libertação foi a Revolução Mexicana, de 1907, que foi deflagrada após inúmeros acontecimentos como a repressão dos camponeses e índios, que já viam o imperialismo norte-americano e francês dominarem seu território. A pequena burguesia se junta aos trabalhadores e camponeses e assim cria-se a base da revolução.

²³ “(...) texto anexado à constituição cubana em que era reconhecido o direito norte-americano de controlar a política externa do país, bem como o direito a intervir “para proteger a vida, a liberdade e os bens de seus cidadãos’. Além disso, a Emenda outorgava aos norte-americanos o direito de estabelecer uma base militar em território cubano, na região oriental de Guantánamo, até o ano de 1999, base que sobrevive até hoje.” (SADER, 1992, p.7-8)

²⁴ “Quase toda a nova geração de teóricos iria desempenhar funções dirigentes na condução dos seus respectivos partidos nacionais-um papel muito mais relevante e activo do que o dos seus predecessores. Lenine, como se sabe, foi o criador do Partido Bolchevique na Rússia. Rosa Luxemburgo foi o cérebro dirigente do Partido Social-Democrata na Polónia e, posteriormente, o mais destacado fundador do Partido Comunista Alemão (KPD). Trotsky foi figura central das disputas entre fracções da social- democracia russa, e Bukharine um importante braço direito de Lenine, antes da I Guerra Mundial. Bauer encabeçou o secretariado do grupo parlamentar do Partido Social-Democrata Austríaco, enquanto Hilferding se havia tornado um deputado proeminente do Partido Social-Democrata Alemão no Reichstag. (...)” (ANDERSON, 1976, p.16-17)

Iniciou-se em 1906, mediante projeto anarquista e teve Flores Magón como idealizador²⁵. Acabou por perder seu enfoque principal internacionalista, anarquista e proletário, ganhou mais um sentido liberal e burguês e terminou com um movimento de massas colonial e semi-colonial. Desde o início da revolução, a libertação nacional teve a compreensão de que era uma luta de classes, o que não havia acontecido até então (CASANOVA, 1987).

O imperialismo, nos países do sul da América Latina, penetrou pacificamente e associou-se a eles política e economicamente, enquanto que na América Central, Caribe e México, tiveram ações mais diretas, por meio de intervenções armadas. Esse tratamento dado à região pelas potências imperialistas, nomeadamente a inglesa, mostra que a relação norte-americana para com as diferentes regiões da América Latina segue a mesma linha anterior, de dominação e influência direta sobre a política e a economia da região (CASANOVA, 1987).

3.1.3. 1920-1935: a classe operária e um novo ciclo de lutas anti-imperialistas

Com a Primeira Guerra Mundial, a indústria se desenvolveu e a classe operária aumentou significativamente, esse crescimento fez com que as classes dominantes tivessem que negociar com a classe trabalhadora, pois a violência já não era mais uma possibilidade de ação da classe dominante perante a classe trabalhadora, sendo que a segunda poderia responder de forma que ameaçasse o poder da primeira, tendo neste período já percebido quanta influência poderia exercer (CASANOVA, 1987).

Tanto a classe trabalhadora quando a pequena burguesia contrária às ideias norte-americanas lutavam contra a dominação norte-americana que depois do fim da Primeira Guerra Mundial aproveitou para tomar o lugar da dominação europeia na região (CASANOVA, 1987).

(...) O governo dos EUA incrementou a sua influência econômica por meio de importantes investimentos e variadas ações políticas e diplomáticas. Também realizou novas conquistas, usando simultaneamente uma linguagem de paz e democracia e outra de repressão e dólares na orbita do Caribe e América Central. (...) (CASANOVA, 1987, p.85)

²⁵ Emiliano Zapata foi outro exemplo de luta pela liberdade, representando os escravos rurais mexicanos (CASANOVA, 1987).

A luta das massas nacionais se transforma em luta contra as oligarquias nacionais e o imperialismo norte-americano (CASANOVA, 1987). Desta forma a necessidade de embasamento teórico e prático vem com os acontecimentos europeus do início do século XX.

A Revolução Russa começou a ser citada na América Latina no fim da segunda década do século XX e desta forma ideias comunistas e marxista-leninistas começaram a se espalhar pela região. Partidos comunistas começaram a surgir e difundir suas ideias pelo continente, sendo uma alternativa a perspectiva anarquista que tinha fracassado na década anterior²⁶ e também às ideias reformistas da pequena burguesia que, anteriormente à disseminação do comunismo na América Latina, era a opção para resolução dos problemas trabalhistas práticos e palpáveis (CASANOVA, 1987).

O período de 1920 à 1935 mostra a criação e a evolução dos Partidos Comunistas na América Latina, mas a partir das dificuldades enfrentadas pelas lutas de classes, tais partidos acabaram por abandonar a luta interna e das massas por uma luta contra o imperialismo estrangeiro, destacando mais o nacional do que o proletário (CASANOVA, 1987).

Dentre os nomes desse período, destacamos Luis Emilio Recabarren fundou o Partido Comunista Chileno e defendia a classe operária para esta ter autonomia, criticando ideias reformistas e populistas; José Carlos Mariátegui, marxista-leninista, defendia a luta de classes e a libertação latino-americana. Fundou o Partido Socialista Peruano (CASANOVA, 1987).

Para Mariátegui, a eficácia da luta antiimperialista, agrária e indigenista dependia de uma aliança dirigida pelo proletariado e seu partido de vanguarda; em última instância, dependia da instauração do socialismo. (...) (CASANOVA, 1987, p.87-88)

Julio Antonio Mella, também discutia a luta operária e a libertação nacional. Foi assassinado pelo ditador cubano Machado. Defendia as ideias libertadoras de Martí, juntou luta nacional com luta social e criticou as ideias reformistas e nacionalistas da pequena burguesia (CASANOVA, 1987).

Entre 1929 e 1933 a perseguição aos comunistas foi significativa, com invasões norte-americanas à Cuba e a outros países da América Central e Caribe; além de torturas, assassinatos, confinamentos e outros métodos para frear o desenvolvimento do comunismo na região (CASANOVA, 1987).

As mudanças ocorridas a partir da década de 1930 ocorrem a partir da crise de 1929 que altera a formação política e social da região. Novas formas políticas como o nacionalismo

²⁶ Que havia marcado as lutas do fim do século XIX, mas sem conseguir inserir ideias anti-imperialistas, anticapitalistas e anticoloniais com a luta dos trabalhadores e acabou por fracassar (CASANOVA, 1987).

capitalista marcam uma mudança na região, que se envolve com as ideias fascistas como uma tentativa de desenvolvimento fora da influência norte-americana (DONGHI, 2011).

(...) Com efeito, a crise de 1929 não apenas colocou à economia latino-americana tarefas de dimensões incomparavelmente mais amplas que as anteriores, mas forneceu também o espetáculo de colapsos econômicos, catástrofes sociais e crises políticas, através das quais, por uma dezena de anos, pareceu delinear-se – nas grandes potências dominantes – o fim de um mundo. Apesar da restauração capitalista (...) o mundo não voltara a se aquele de antes. As transformações, iniciadas após terem os Estados Unidos, no primeiro terço do século XX, se aproximado progressivamente de posições hegemônicas na economia mundial, só haveriam de revelar-se em todas as suas consequências depois da crise. A catástrofe na conjuntura econômica (...) deixou como herança permanente, porém, múltiplas dificuldades estruturais de efeitos menos imediatos. (DONGHI, 2011)

Na década de 1930, Cuba teve movimentos contra as classes dominantes e o imperialismo, e como continuaram aumentando as revoltas e movimentos anti-imperialistas, os Estados Unidos resolvem interferir diretamente nas questões políticas de Cuba. Mas ao mesmo tempo sem sair dos interesses norte-americanos, mas tal mediação foi repudiada por vários grupos cubanos que eram contra o reformismo e a continuação de um governo exploratório da massa cubana. As ações do imperialismo desta forma precisaram ser menos agressivas para que fosse possível uma continuidade da influência norte-americana em Cuba e assim a política da Boa Vizinhança de Franklin D. Roosevelt foi criada, pregando a não intervenção direta nos territórios do continente (CASANOVA, 1987; SANTOS, 2007; DONGHI, 2011).

Vale mencionar que no período configurou-se a crise de 1929, essa orientou como seria traçada o desenvolvimento dos países do mundo, nomeadamente os países americanos. Enquanto os Estados Unidos tem a crise como mostra da mudança de forma do capitalismo, os países latino-americanos mostram a sua dependência de ajuda econômica e política (DONGHI, 2011).

(...) Com efeito, a crise de 1929 não apenas colocou à economia latino-americana tarefas de dimensões incomparavelmente mais amplas que as anteriores, mas forneceu também o espetáculo de colapsos econômicos, catástrofes sociais e crises políticas, através dos quais, por uma dezena de anos, pareceu delinear-se – nas grandes potências dominantes – o fim de um mundo. Apesar da restauração capitalista (depois de uma crise que não foi a última, como alguns tinham previsto), o mundo não voltara a ser aquele de antes. (DONGHI, 2011, p.253)

3.1.4. 1935-1959: políticas de nacionalismo de caráter capitalista

A luta contra o nazi-fascismo foi propagada pelo continente americano durante a década de 1930, assim como a política da Boa Vizinhança (CASANOVA, 1987; SANTOS, 2007). O populismo na América Latina se destaca nessa época, com o nacionalismo sendo uma importante caracterização para a política da época, exemplos de governos populistas da região são Getúlio Vargas no Brasil; Lázaro Cárdenas no México; Alfonso López Pumarejo na Colômbia; Velazquez no Equador; Albizu Campos no Porto Rico e muitos outros movimentos (CASANOVA, 1987).

Cuba é um dos relevantes exemplos a ser citado sobre como a dominação norte-americana interferiu no desenvolvimento dos países latino-americanos. Em plena Segunda Guerra Mundial, Fulgêncio Batista, presidente e ditador de Cuba, teve de promulgar uma Constituição por conta da população e do governo dos Estados Unidos que o pressionaram, e de interesse norte-americano seria a continuação do governo de Batista, por isso fez com que o governo cedesse a alguns interesses para que se estabilizasse a questão no país (CASANOVA, 1987).

Durante a Segunda Guerra Mundial os comunistas ainda eram aliados dos Estados Unidos na luta contra o nazi-fascismo europeu que se propagava por todo o continente e também com as colônias europeias na América Latina onde se encontravam muitos europeus a favor das ideias nazi-fascistas. Mas após o fim da guerra, os comunistas se tornaram alvo da disputa ideológica ditada pelos Estados Unidos. O desenvolvimento russo ameaçava a supremacia norte-americana conquistada entre as guerras mundiais e desta forma o combate aos ideais comunistas e socialistas, apoiando movimentos operários e contra o imperialismo começam a ser combatidos. Os nacionalismos e populismos latino-americanos que começaram a se estabelecer nos anos de 1930 e que se caracterizavam como capitalistas, mas fugindo da dominação norte-americana, começam a responder mais aos interesses dos Estados Unidos (CASANOVA, 1987). “Todos os governos populistas interrompem a luta contra o imperialismo no momento em que ela pode transformar-se numa luta de classes aberta e, portanto, numa luta contra o próprio modo capitalista de produção.” (IANNI, 1974, p.37).

Em 1948, a CEPAL é criada, com o intuito de estudar e compreender a situação latino-americana para que pudessem formular uma proposta de desenvolvimento econômico e de integração entre os países da região. Essa instituição “(...) analisa a integração econômica como parte da estratégia de desenvolvimento econômico e, em particular, do processo de substituição de importações adotado na América Latina na década de 50.” (BRAGA, 2001)

Dentre os exemplos de acontecimentos antioligárquicos, anti-imperialistas e antifeudais, estão as revoluções na Guatemala e na Bolívia (CASANOVA, 1987)

(...) O imperialismo iniciou uma intensa campanha anticomunista cuja finalidade era “atemorizar e dividir as forças democráticas, especialmente os setores mais vacilantes; colocar as camadas menos desenvolvidas contra o governo e, no campo internacional, desorientar a opinião pública”. (...) (Casanova, 1987, 167)

A partir da década de 1950 a América Latina passa por uma militarização do poder, que tem apoio dos Estados Unidos, pois até a década de 50 os países latino-americanos vinham com movimentos anti-imperialistas e nacionalistas, com lutas anticomunistas, governos ditatoriais e repressivos por toda a região. (CASANOVA, 1987)

3.1.5. 1959-1985: Revolução Cubana e sua importância na história latino-americana

A Revolução Cubana de 1959 marcou o movimento socialista, pois triunfou sobre a intervenção dos Estados Unidos e conquistou uma luta que não foi revertida por esta potência. Foi a primeira revolução socialista do continente e o que a caracterizava principalmente era a luta antifeudal e anti-imperialista, mas também a luta anticapitalista que singularizava a revolução que ocorreu em Cuba. A Revolução Cubana marca a história das massas latino-americanas, com caráter anti-imperialista, criticando a forma que os Estados Unidos lida com seus interesses pelo continente americano e pelo mundo (CASANOVA, 1987).

Desde 1959 a história das massas na América Latina foi tão ativa e tão rica como na época das guerras de independência contra a Espanha. E foi muito mais rica na magnitude e profundidade dos debates teóricos, estratégicos e táticos. (CASANOVA, 1987, p.193)

Após a Revolução Cubana, os Estados Unidos perceberam que deveriam formular uma política de contra-insurreição na América Latina (MARTINS FILHO, 1999). “O imperialismo alertado ‘aprendera’ e preparou-se para uma guerra contra-revolucionária cujo propósito primordial era o de impedir outra Cuba. (...)” (CASANOVA, 1987, p.193)

A partir de 1959, e principalmente em 1961 com a política da Aliança para o Progresso instituída pelos Estados Unidos, a libertação da América Latina foi colocada como processo revolucionário anti-capitalista (CASANOVA, 1987; MARTINS FILHO, 1999).

Movimentos guerrilheiros por toda a América Latina se mostraram frequentes após a Revolução Cubana. Paraguai, Nicarágua, Guatemala, Peru, Tucumán, Honduras, Equador, Venezuela, Argentina foram exemplos de países que tiveram movimentos guerrilheiros surgindo com maior frequência (CASANOVA, 1987).

O ano de 1968 marcou “o fim da idade de ouro do capitalismo” e teve a ascensão das massas urbanas (CASANOVA, 1987).

De 1959 a 1973 houve tantos movimentos e experiências entre as massas e as organizações de libertação que só uma história concreta muito detalhada e que levasse rigorosamente em consideração os dados essenciais poderia relatar. No terreno das classes dominantes, manifestaram-se variantes notáveis. As diversas burguesias integraram-se cada vez mais entre si e com o capital monopolista. O Estado e seus órgãos repressivos fizeram o mesmo, sob a direção técnica e militar dos EUA (...). (CASANOVA, 1987, p.194)

A Aliança para o Progresso de Kennedy e a Diplomacia Total de Johnson, mostram a mudança da política norte-americana para a América Latina na década de 1960, com uma política mais intervencionista e contundente (IANNI, 1974; AYERBE, 2002; SANTOS, 2007). Na década de 1970, Nixon e Ford (1969-1977) apoiaram governos ditatoriais e totalitários de direita em substituição de governos considerados de esquerda pelos norte-americanos (SANTOS, 2007).

Em 1970, a Unidade Popular no Chile conseguiu chegar ao poder com Salvador Allende por via eleitoral e até 1973 governa o Chile, quando apoiado pelos Estados Unidos, Augusto Pinochet, general do exército chileno, toma o poder (CASANOVA, 1987). “A partir de 1973 iniciou-se talvez um novo período na história das massas, que tende a vincular cada vez mais estreitamente a luta contra o fascismo, imperialismo, contra as burguesias associadas e pelo socialismo.” (CASANOVA, 1987, p.222).

A política norte-americana muda na década de 1970 com James Carter, que tira o apoio dos Estados Unidos em relação às ditaduras, priorizando os Direitos Humanos e apontando que não daria apoio aos países latino-americanos que desrespeitassem premissas democráticas (SANTOS, 2007).

Nos anos de 1980 na administração Reagan, a política norte-americana teve por objetivo conter o ideal soviético que desde o fim da década de 1950 teve como aliado Cuba, e desta forma construíram uma política baseada na luta contra o comunismo no hemisfério (LOWENTHAL, 1989; SANTOS, 2007). Ao mesmo tempo que os Estados latino-americanos estavam em um processo de desmilitarização e em movimento pela democracia nos diferentes países da região (CASANOVA, 1987).

3.1.6. Pós-1985: o neoliberalismo e políticas latino-americanas pós-neoliberais

Entre 1975 e 2003, período típico do predomínio neoliberal, a taxa de crescimento *per capita* mundial, além de polarizar-se entre as zonas

prósperas e regiões atrasadas, caiu, em média, mais da metade em relação ao período de 1950-1975. (...) (IBARRA, 2011)

A época do neoliberalismo na América Latina é delimitada pelos anos de 1990 a 2005, período este que marca um decréscimo do mercado de trabalho e um aumento insignificante dos salários da região. Sindicatos e afiliações representantes dos trabalhadores se tornam fracas e corruptas, desregularizando a proteção desses com base em termos econômicos e políticos (IBARRA, 2011).

O neoliberalismo não pode ser considerado uma reforma das políticas utilizadas na América Latina, pois não trouxeram diferenças sociais como igualdade entre os povos, bem-estar social e liberdade, pelo contrário. Borón utiliza do termo holocausto social latino-americano para designar o resultado da política neoliberal na região (BORÓN *apud* MEIRELES, 2008)

O encurralamento neoliberal da política e do debate democrático é o outro rosto que se vê da tentativa de minimizar o Estado-Nação, com a transferência de funções ao mercado interno ou ao internacional e com suas significativas restrições aos direitos coletivos. Tais fatos concentram privilégios e rendas, excluem a voz das maiorias nas decisões e forçam a transformação conservadora do próprio Estado, ao colocá-lo mais e mais a serviço de objetivos elitistas, próprios ou forâneos. Formalmente, nossos países são democráticos, mas com uma democracia sem opções reais significativas. (IBARRA, 2011)

A década de 1990 marca a influência norte-americana na região no pós-Guerra Fria e como o neoliberalismo marca a política vigente da década²⁷. Ao mesmo tempo que revoltas contra o sistema norte-americano ocorriam, como em 1994 as revoltas zapatistas, por conta do acordo de livre comércio firmado entre Estados Unidos, México e Canadá; a eleição de Hugo Chávez em 1998, com propostas contra a dominação; as eleições de Evo Morales na Bolívia e Fernando Lugo no Paraguai, mostram que a década de 1990 foi, em paralelo às políticas norte-americanas para a região, um período de reivindicações contra essas mesmas políticas, caracterizadas como pós-neoliberais (SADER, 2008).

Em 2004, a Alternativa Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA) era fundada por Hugo Chávez e Fidel Castro. A ideia ALBA surgiu para se contrapor a ideia neoliberal norte-americana e também contra a ideia de integração econômica que se propagou

²⁷ Em 1990, George Bush apresenta a Iniciativa para as Américas para propor a ideia de aliança de livre comércio; cria a NAFTA em 1992. Em 1994 Bill Clinton propôs a ALCA, que foi discutida até o ano de 2005 (SASTRE, 2004; AGUIRRE, 2006; SANTOS, 2007).

pelo continente americano. A ALBA veio com o ideal socialista de integração, acusando o capitalismo como culpado do subdesenvolvimento da América Latina (MELO, 2012).

A ALBA se posiciona como uma alternativa de integração, pois apresenta características diferentes das integrações regionais propostas anteriormente.

(...) Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) fundada em 1960; Mercado Comum Centro-Americano (MCCA) em 1960; Pacto Andino (atualmente Comunidade Andina de Nações –CAN) em 1969; Comunidade do Caribe (CARICOM) em 1973; Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) em 1980; Mercado Comum do Sul (Mercosul) em 1991; Sistema de Integração Centro-Americano (SICA) em 1993; Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) em 2000; Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA) em 2004; União de Nações Sul-Americanas (Unasul) em 2008, Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) em 2010. Historicamente, a maior parte das tentativas de integração primava por uma integração econômica através da facilitação do comércio, como são os casos da ALALC, ALADI, MCCA, CAN, CARICOM, SICA e Mercosul (...). (MELO, 2012)

A preferência pela integração econômica das tentativas de integração latino-americanas mostra o padrão neoliberal das políticas propostas para a união dos países e a ALBA surge como uma ideia anti-neoliberal e anti-imperialista, propondo uma integração de caráter socialista enfatizando o desenvolvimento social.

Capítulo 4 – ALBA: modelo alternativo às propostas neoliberais de integração regional

4.1. Proposta da ALBA e seu embasamento histórico

Em abril de 2001, na 3ª Cúpula das Américas, o presidente da República Bolivariana da Venezuela, Hugo Chávez assinou uma declaração afirmando que a Venezuela não aceitaria a proposta norte-americana da ALCA. Em dezembro desse mesmo ano Chávez e Fidel Castro, presidente do Conselho de Estado de Cuba, na 3ª Cúpula de Chefes de Estado e Governo dos Estados Caribenhos, criam a ideia da Alternativa Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA), como integração política, econômica, social e cultural dos povos da América Latina e Caribe (ALBA-TCP, 2010; PÁDUA, 2012).

Em 2004, Hugo Chávez e Fidel Castro firmaram um acordo para a afirmação da aliança, com distintas esferas de aplicação e um Plano Estratégico para a complementação produtiva, plano esse que foi aprovado em 2005, abrangendo questões políticas, sociais e econômicas (PÁDUA, 2012).

A ALBA foi criada a partir das ideias de Bolívar de formar uma Confederação Americana dos países que se tornaram independentes da metrópole Espanha, para lutarem contra os bloqueios econômicos ditados pelos europeus, asiáticos e norte-americanos (FLACSO, 2008).

Basado en los principios bolivarianos y en las luchas de otros libertadores históricos, el presidente venezolano Hugo Chávez en la III Cumbre de Jefes de Estado y de Gobierno de la Asociación de Estados del Caribe, celebrada en isla de Margarita en diciembre de 2001, anunció la creación del ALBA, cuya base es la autodeterminación y la soberanía de los pueblos, y cuyos principios observan y buscan una alternativa de integración para contrarrestar las medidas de políticas económicas propuestas e implementadas a finales del siglo pasado, durante las décadas de los ochenta y noventa, por algunos organismos internacionales como el Banco Mundial y el Fondo Monetario Internacional. (FLACSO, 2008, p.7)

Os antecedentes históricos da ALBA são baseados em textos desde o início do século XIX. Planos de Governo, de Francisco de Miranda em 1801; bandos sobre terras e escravos, também de Miranda em 1806; Plano de Operações, de Mariano Moreno em 1810; Carta da Jamaica, de Simón Bolívar em 1815; Regulamento Provisório de Terras, de José Artigas em 1815; Sobre a necessidade de uma federação geral entre os estados hispano-americanos e planos de sua organização, de Bernardo Monteagudo em 1812; Diálogo de diversos mortos sobre a independência de América, de José Cecilio del Valle em 1821; Sonhava o abade de São Pedro; e eu também sei sonhar, também de del Valle em 1822; Convocatória do Congresso do Panamá, de Bolívar em 1824; Tratado de união, liga e confederação perpétua, elaborado pela Assembleia Americana do Congresso do Panamá em 1826; Nossa América, de José Martí em 1891; Reforma universitária, da juventude argentina de Córdoba aos homens livres da América do Sul em 1918; e Plano de realização do supremo sonho de Bolívar, de Augusto César Sandino em 1929. Todos esses são documentos que servem de base para as ideias integracionistas e de desenvolvimento da ALBA com ideias latino-americanas e de vínculo forte com a luta social do povo latino-americano (ALBA).

A importância de Bolívar e Martí para a iniciativa da ALBA no século XXI remetem ao fato de que ambos empenharam-se em criar uma união entre os territórios recém independentes da América Latina, buscando uma ideia da região latino-americana para a junção de forças com o intuito de libertação da dominação europeia e em seguida a luta contra os Estados Unidos, país que utilizou da luta contra os europeus para se consolidar no continente americano. Ambos tratam essa ideia de união latino-americana como ponto de suma importância para o desenvolvimento desvinculado da dependência da metrópole e da influência política e econômica dominante. A ideia bolivariana de união dos povos e a ideia

martiana de “Nossa América” se unem na proposta da ALBA de vincular os países da região como Bolívar e Martí propuseram no século XIX (CASANOVA, 1987; CASAS, 2007).

Tal projeto de integração, diferentemente das demais propostas de mesmo tema (...) é fundamentado, ainda que retoricamente, nos ideais independentistas de personalidades históricas como Simón Bolívar, que lutou pela liberdade da América espanhola em tempos coloniais. Consiste ainda na materialização de um dos pilares da Revolução Bolivariana, cujo fim último é a unificação política dos povos latino-americanos por meio do fortalecimento das economias nacionais, sem descuidar do desenvolvimento social, que deverá vir sempre antes dos interesses das empresas transnacionais, possibilitando, assim, a constituição de um espaço onde seja possível a luta contra a pobreza e a exclusão social, a fim de alcançar as melhores condições de igualdade entre os indivíduos, fazendo deles cidadãos emancipados (FERMÍN *apud* PÁDUA, 2012, p.65).

A Revolução Bolivariana passou por etapas, seu princípio representou o ponto inicial de mudança na política venezuelana em 1989 e conseqüentemente na criação da Alternativa Bolivariana. Sua etapa constituinte ocorreu entre 1990 e 2001, com o descontentamento popular em relação ao poder até então exercido no país; a etapa Nacional-Soberana, entre os anos de 2001 e 2005, com criação de leis defendendo o benefício nacional sobre produção e propriedade; e a “etapa de construção da *via venezuelana ao socialismo*” (SEABRA, 2012, p.165) *realizou-se entre* 2006-2012, que tem por objetivo construir um novo socialismo, sem predefinições, para o século XXI (SEABRA, 2012).

As instituições da ALBA são divididas em Gran-nacionais, das quais fazem parte da ideia bolivariana de mega-estado, em benefício coletivo das nações participantes da aliança, tanto o projeto gran-nacional, quanto as companhias gran-nacionais respeitam os princípios da ALBA de solidariedade, complementaridade, cooperação e soberania (ALBA-TCP, 2010). A PetroCaribe, criada em parceria entre Venezuela e Cuba tem por objetivo o desenvolvimento socioeconômico da região, seguindo os quatro princípios iniciais da ALBA (PETROCARIBE, 2009). O Sistema Unitário de Compensação de Pagamentos (SUCRE) foi criado com o objetivo de implementação de uma moeda única da aliança para a desvinculação com o dólar, e para complementação financeira e econômica entre os países (SUCRE, 2010).

Em 2006, a Bolívia assinou e aderiu à ALBA e em 2007, Nicarágua integrou-se à proposta (FLACSO, 2008), “Dominica em 2008, Equador, Antigua e Barbuda, e São Vicente e Granadinas em 2009” (MELO, 2012, p.4), “Haiti, como observador; Uruguai e Federação de São Cristovão e Nevis (Saint Kitts y Nevis), como membros convidados (...)” (PÁDUA, 2012, p.67).

Juntamente com a entrada da Bolívia em 2006, o Tratado de Comércio dos Povos (TCP) foi assinado,

(...) o TCP preconiza práticas comerciais que favoreçam o fortalecimento dos pequenos produtores, microempresários, cooperativas e empresas comunitárias e prioriza a “complementaridade em detrimento da concorrência, a convivência com a natureza em oposição à exploração irracional dos recursos, a defesa da propriedade social em detrimento da privatização extrema e o fomento à diversificação de culturas [...]” (FRITZ *apud* PADUA, 2012, p.68)

O TCP apresenta mais uma característica da ALBA de luta contra o neoliberalismo e seu sistema de concorrência, da exploração e da privatização que são princípios do capitalismo imperialista.

Em 2007, a ALBA-TCP (sigla que toma forma em 2006) inicia sua formação como instituição na V Reunião Presidencial. Nessa firma-se o Conselho dos movimentos sociais.

O Conselho de ministros do bloco encontra-se no mesmo nível do Conselho dos movimentos sociais, onde estão os representantes dos camponeses, trabalhadores, indígenas e outros segmentos sociais, evidenciando a possibilidade da participação popular em suas decisões. (PÁDUA, 2012).

Desta forma a participação de organizações políticas e sociais dos diversos movimentos populares da região faz com que haja reconhecimento na formação da aliança entre os diferentes seguimentos sociais (LINARES; GUERRERO LUGO *apud* PÁDUA, 2012).

4.2. Conferências presidenciais

As conferências da ALBA se iniciaram no ano de 2004. No total ocorreram vinte conferências, das quais sete foram conferências extraordinárias. A seguir serão citadas brevemente e em sequência cronológica o que cada uma apresentou como debate e resolução:

- I Conferência - Havana, Cuba - 14 de dezembro de 2004: Acordo entre Venezuela e Cuba para a criação da ALBA com o objetivo de formar uma integração com os princípios contrários aos da ALCA; acordo entre Venezuela e Cuba para aplicação da Aliança;
- II Conferência - Havana, Cuba - 27 e 28 de abril de 2005: Declaração final do acordo de aplicação da ALBA, complementando o artigo relacionado ao Plano Estratégico;
- III Conferência - Havana, Cuba - 28 e 29 de abril de 2006: Define a entrada da Bolívia para a aliança; a aplicação do Tratado de Comércio dos Povos (TCP); e declaração

conjunta entre Venezuela e Cuba em comemoração do aniversário da aplicação da ALBA e

(...) los desafíos planteados a los pueblos de América Latina y el Caribe en la presente coyuntura política, económica y social, caracterizada por el ascenso de las luchas populares contra la fracasada política neoliberal y la búsqueda de nuevas vías y métodos para alcanzar el desarrollo con justicia social en el marco de una verdadera y solidaria integración latinoamericana y caribeña. (DECLARACIÓN, 2006)

- IV Conferência - Managua, Nicaragua - 11 de janeiro de 2007: Adesão da Nicarágua a ALBA;
- V Conferência - Tintorero, Venezuela - 28 e 29 de abril de 2007: Declaração política celebrando a quinta conferência da ALBA e aniversário do TCP; avaliação do desenvolvimento do Plano Estratégico da ALBA, afirmando sobre a solidariedade como princípio da aliança; Tratado Energético da ALBA com o objetivo de utilizar o recurso energético da região com racionalidade;
- VI Conferência - Caracas, Venezuela - 26 de janeiro de 2008: Declaração política que analisa a situação da economia norte-americana e observa que a ideia da ALBA deve continuar e ser ampliada para uma integração diferente da neoliberal; adesão de Dominica; oficialização do conceito de Gran-nacional, projeto e empresa, apresentando ideia contrária as transnacionais com um caráter explicitamente neoliberal, tão criticado na ALBA; Ata de fundação do Banco da ALBA com o objetivo de integrar social e economicamente os países participantes; declaração de apoio à Bolívia em sua mudança constitucional para um avanço da democracia;
- I Conferência Extraordinária - Caracas, Venezuela - 23 de abril de 2008: Acordo de cooperação em segurança e soberania alimentar seguindo os princípios de solidariedade, complementaridade e respeito aos países; declaração de solidariedade e apoio à Bolívia, para garantir a integridade do país, sua democracia e seu povo;
- II Conferência Extraordinária - Tegucigalpa, Honduras - 25 de agosto de 2008: Adesão de Honduras; declaração conjunta celebrando a evolução da relação entre os países da aliança e com o intuito de cooperar com o desenvolvimento social e econômico de Honduras;
- III Conferência Extraordinária - Caracas, Venezuela - 26 de novembro de 2008: Declaração conjunta celebrando a melhoria da relação entre os países participantes e aprovação do uso de recursos do Banco da ALBA para os projetos e para a alfabetização dos povos da Bolívia e Nicarágua, consolidação institucional da ALBA-TCP;
- IV Conferência Extraordinária - Caracas, Venezuela - 02 de fevereiro de 2009: Criação da ALBA-Alimentos para o desenvolvimento da segurança e soberania

alimentar e a criação de uma empresa gran-nacional de alimentos, ambos no âmbito dos países da ALBA e PetroCaribe;

- V Conferência Extraordinária - Cumana, Venezuela - 16 e 17 de abril de 2009: Declaração conjunta incluindo as boas-vindas à São Vicente e Granada. Desejo do presidente do Paraguai de firmar uma troca econômica, política e social com a ALBA; documento dos países da ALBA para a V Conferência das Américas, definindo as resoluções desta conferência como insuficiente por não responder sobre temas como a crise mundial e por excluir Cuba, reiterando a crítica sobre o capitalismo;
- VI Conferência Extraordinária - Maracay, Venezuela - 24 de junho de 2009: Declaração conjunta celebrando a entrada do Equador na aliança e seu desenvolvimento como integração política, econômica e social, enfatizando a ideia de desenvolvimento de um mundo pluripolar com valores sociais e humanistas; adesão do Equador à aliança; resolução de ingresso do Equador; adesão de São Vicente e Granada; adesão de Antigua e Barbuda; resolução sobre o ingresso de Antigua e Barbuda; ata constitutiva para a comemoração do bicentenário das independências dos territórios latino-americanos;
- VII Conferência Extraordinária - Managua, Nicarágua - 29 de junho de 2009: Declaração conjunta para a volta do presidente Manuel Zelaya para o governo de Honduras;
- VII Conferência - Cochabamba, Bolívia - 17 de outubro de 2009: Declaração conjunta comemorando o aniversário de cinco anos da aliança e seu caráter político, econômico, social respeitando a soberania e a autodeterminação dos povos; estrutura da ALBA-TCP; princípios fundamentais do TCP conforme os princípios fundamentais da ALBA; plano de desenvolvimento de uma zona econômica dos países da ALBA-TCP; Declaração especial sobre mudanças climáticas; defesa de uma declaração universal dos direitos da Mãe Terra; Declaração para o fim do bloqueio a Cuba, bloqueio tal que fere o direito internacional e a convivência entre os países do continente; Declaração sobre Honduras e o apoio a um governo legítimo;
- VIII Conferência - La Habana, Cuba - 13 e 14 de dezembro de 2009: Declaração conjunta reafirmando os princípios da ALBA e destacando os avanços dos projetos feitos pela aliança durante os cinco anos desde sua criação; estrutura básica da ALBA-TCP; comunicado sobre as mudanças climáticas.
- IX Conferência – Caracas, Venezuela - 19 de abril de 2010: Manifesto do bicentenário de Caracas em comemoração aos 200 anos de início das lutas de independência venezuelana, reafirmando a soberania dos países e a luta em direção ao socialismo;
- X Conferência – Otavalo, Equador - 25 de junho de 2010: Declaração de Otavalo defendendo indígenas, afrodecendentes, mulheres, jovens, crianças, idosos e incapacitados; Declaração especial sobre as mudanças climáticas reconhecendo a voz do povo para as resoluções;

- XI Conferência – Caracas, Venezuela - 04 e 05 de fevereiro de 2012: Adesão do Haíti, Santa Lucia e Suriname como convidados especiais da ALBA; Declaração da primeira reunião dos partidos políticos, movimentos progressistas e revolucionários da ALBA-TCP; declaração final dos meios de comunicação; declaração para a criação de um conselho de defesa da aliança; ata de compromisso entre Argentina e os países da ALBA; ata para criação de um espaço econômico da ALBA (ECOALBA);
- XII Conferência – Guayaquil, Ecuador - 30 de julho de 2013: Conferência dos movimentos sociais da ALBA; declaração da ALBA desde o Pacífico; Resolução sobre arbitragem e transnacionais para ajudar os países afetados;
- II Conferência – ALBA-TCP / Petrocaribe, Caracas, Venezuela - 17 de dezembro de 2013: Declaração conjunta para a criação de uma zona econômica entre ALBA e PetroCaribe, e sua vontade de unir-se com o Mercosul.

4.3. Princípios da ALBA

Os princípios centrais da ALBA são Complementaridade, Cooperação, Solidariedade e Respeito à soberania (PÁDUA, 2012; BOSSI, 2005). Como explica o site da organização,

La Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América - Tratado de Comercio de los Pueblos (ALBA-TCP) es una plataforma de integración de los países de América Latina y el Caribe, que pone énfasis en la solidaridad, la complementariedad, la justicia y la cooperación, que tiene el propósito histórico fundamental de unir las capacidades y fortalezas de los países que la integran, en la perspectiva de producir las transformaciones estructurales y el sistema de relaciones necesarias para alcanzar el desarrollo integral requerido para la continuidad de nuestra existencia como naciones soberanas y justas. Es, además, una alianza política, económica, y social en defensa de la independencia, la autodeterminación y la identidad de los pueblos que la integran. (ALBA-TCP, 2010)

Os quatro princípios que guiam a ALBA são importantes pelas suas especificidades, a complementaridade é ligada à troca de produtos de necessidade singular de cada país, como combustível e alimentos. A cooperação trata da troca de conhecimentos determinados de cada país, aproveitando-os para beneficiar os países participantes. A solidariedade está ligada a ajuda regional sem exploração monetária, como exemplo a PetroCaribe, na qual a Venezuela ajuda na aquisição de combustível pelos países caribenhos. E por último o respeito à soberania dos países, reverenciando a autodeterminação das nações participantes de acordos da ALBA (BOSSI, 2005). Já a complementação produtiva se inspira na solidariedade entre os países, com uma produção mais racional, unindo os países da aliança para um melhor uso dos recursos, maior utilidade e lugar no mercado (PÁDUA, 2012).

No total, a ALBA possui 12 princípios orientadores, estabelecidos por Chávez e Castro em 2004 na Declaração Conjunta para do arranjo de integração (MELO, 2012). Abaixo alguns deles:

- 1. troca e investimento não deve ser o objetivo principal da aliança, então o objetivo comercial da aliança é ser justa e sustentável;
- 2. Tratamento diferenciado e especial, para as diferentes economias e desenvolvimento dos Estados participantes;
- 3. A economia complementar e a cooperação entre os países participantes e a não competição entre países e produções, com o objetivo de desenvolvimento eficiente das diferentes economias da aliança;
- 4. Cooperação e solidariedade traduzido em planos especiais para os países menos desenvolvidos na região, fornecendo saúde e bolsas de estudo para desenvolver áreas de interesse da região;
- 7. Ações que capacitam a sustentabilidade do desenvolvimento por meios de procedimento do qual protege o meio-ambiente, sem consumos exacerbados dos recursos existentes;
- 9. Promoção do capital de investimentos latino-americano dentro da região da América Latina e Caribe, para haver um desligamento entre os países da região e investidores externos;
- 10. Defesa da cultura latino-americana e caribenha e da identidade dos povos da região, como os povos autóctones e indígenas, e a criação da Televisão do Sul (TELESUR);
- 11. Medidas para as normas de propriedade intelectual, para a proteção das heranças latino-americanas e caribenhas contra as transnacionais (DECLARACIÓN, 2004).

Tendo o Estado como regulador e coordenador da economia, a ALBA mostra que seus princípios são diferentes de uma integração neoliberal. Além de tratar cada país de forma a considerar suas diferenças. A complementaridade econômica e a cooperação, sinalizam que não há competição entre eles e sim ajuda mútua para que haja desenvolvimento da região.

Buscando contemplar os temas que foram ignorados pela agenda da ALCA, a ALBA propõe-se a criar uma infraestrutura que se harmonize com o meio ambiente, respeite os direitos humanos, trabalhistas e de gênero. No âmbito da integração econômica, preconiza-se o fortalecimento do desenvolvimento endógeno nacional e regional como solução para a redução da pobreza, das desigualdades sociais e para elevar o nível de vida da população. O contexto do desenvolvimento endógeno, como visto anteriormente, pressupõe que a realidade cultural, histórica e o nível de desenvolvimento dos países envolvidos no bloco sejam levados em consideração no momento das negociações comerciais. A fim de minimizar essas assimetrias e

particularidades nacionais, a Declaração de Havana prevê a criação de fundos compensatórios e/ou de convergência estrutural. (PÁDUA, 2012, p.65-66)

A luta contra o analfabetismo, cuidados de saúde gratuitos, bolsas de estudo mostram o caráter social da ALBA que nos remete a uma diferença de interesses entre um projeto socialista e um projeto neoliberal.

Durante a II Reunião Presidencial, realizada em Havana, em 27 e 28 de abril de 2005, foram acertados os últimos detalhes do Plano Estratégico para a aplicação da ALBA. O documento, composto por 49 acordos de cooperação, prevê a instalação de centros de medicina diagnóstica integral, salas de reabilitação e fisioterapia, centros de alta tecnologia, formação de médicos venezuelanos, desenvolvimento da indústria elétrica em Cuba, isenção de pagamento de taxas e impostos por parte de empresas cubanas e um intercâmbio cultural cujo fim é a criação das Edições ALBA, empresa editorial responsável por propagar os ideais do bloco e os resultados de estudos e pesquisas, bem como a literatura latino-americana (FERMÍN T *apud* PÁDUA, 2012, p.67).

A questão de estímulo do uso racional dos recursos para se evitar consumo desnecessário mostra a ênfase dada a luta contra o consumismo desenfreado. Diminuindo assim a dependência dos países latino-americanos em relação a investidores estrangeiros, nomeadamente países capitalistas.

Ademais, a defesa da cultura da região reforça a ideia de união latino-americana, retomando as lutas históricas contra o imperialismo europeu e posterior norte-americano, buscando lutar contra a hegemonia cultural norte-americana que se instalou na região fortemente (MELO, 2012).

4.4. Oposição a ALCA e caráter anti-imperialista

A ALBA surgiu como uma proposta alternativa à ideia de livre comércio que é proposta pela ALCA, desta forma, seus princípios criticam a integração para uma liberalização do comércio, lutando contra a pobreza e a exclusão social, criticando instituições como FMI, BM e OMC que dificultam a possibilidade de desenvolvimento dos países latino-americanos, pelas dívidas e pela rigidez das políticas aplicadas (FLACSO, 2008).

A Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA) parte da conjunção de interesses comuns dos estados integrantes com vistas às demandas internas e a possibilidade de alavancar o desenvolvimento de políticas e práticas que estes consideram benéficas para seu futuro. Este acordo, porém, demonstra como a dinâmica política e econômica da região latino-americana e caribenha tem se transformado nos últimos anos. O surgimento de governos com ideologias marcadamente contrárias ao centro hegemônico, Estados Unidos, e a força de um nacionalismo intensamente arraigado exige do

pesquisador uma atenção especial no entendimento dos desdobramentos das relações inter-estatais na região. (FREITAS, 2011)

A ALBA desde seu início procura enfatizar a questão da luta anti-imperialista. Suas propostas são uma alternativa à ideia de um tratado de livre comércio com os Estados Unidos, considerado o representante principal do sistema capitalista. A região desta forma não consegue se desenvolver como deve e luta para que a integração entre os países latino-americanos não busque apenas o desenvolvimento econômico, mas vise também um desenvolvimento político e social apoiando-se na cultura da América Latina.

O projeto venezuelano conclamava as pequenas economias latino-americanas a trilharem um caminho alternativo, visto que na opinião de Hugo Chávez, um projeto como a ALCA era desfavorável às pequenas economias da região, uma vez que elas não poderiam competir com a potência econômica dos Estados Unidos. (FERMÍN T.; LINARES; GUERRERO LUGO *apud* PÁDUA, 2012, p.63)

Essa proposta de apoio a pequenas economias procurando um desenvolvimento pleno dos países participantes da aliança mostra que a ideia de integração não é apenas para facilitar a troca comercial entre os países facilitando as transnacionais. O objetivo da ALBA é o desenvolvimento igualitário da região, proposta esta que mostra o caráter anti-imperialista da aliança.

Expressamos assim, que a ALBA tem por objetivo a transformação das sociedades latino-americanas, fazendo-as mais justas, cultas, participativas e solidárias e que, por isso, está concebida como um processo integral que assegure a eliminação das desigualdades sociais e fomente a qualidade de vida e uma participação efetiva dos povos na conformação de seu próprio destino (DECLARACIÓN... *apud* PÁDUA, 2012, p.64).

A ALBA se posiciona em relação à integração entre países como uma forma de desenvolvimento igualitário e justo para a América Latina, seus princípios prezam pela solidariedade, para não apenas um avanço econômico, mas principalmente um avanço em prol da sociedade e da cultura latino-americana, enfatizando a autodeterminação dos povos e sua soberania perante os demais países do mundo. Tais conceitos portam uma atitude anti-imperialista e contrária a dominação das ideias neoliberais da ALCA.

Ressaltamos que a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) é a mais completa expressão dos desejos de dominação sobre a região e que ao entrar em vigor, seria um aprofundamento do neoliberalismo e criaria dependência e subordinação em níveis sem precedentes. [...] Portanto, nós rejeitamos com firmeza o conteúdo e os objetivos da ALCA, e partilhamos a convicção de que a chamada integração neoliberal que ela representa, consolidaria a situação descrita [...]. Deixamos claro que, enquanto a integração é um pré-requisito para aspirar ao desenvolvimento em meio à crescente formação de grandes blocos regionais que ocupam posições na economia global, só a integração baseada na cooperação, solidariedade e vontade comum para

avancar todos juntos para níveis ainda mais elevados de desenvolvimento pode satisfazer as necessidades e aspirações dos países da América Latina e Caribe e preservar a sua independência, soberania e identidade (DECLARACIÓN... *apud* PÁDUA, 2012, p.64-65).

O neoliberalismo apresenta resultados positivos apenas nos países mais ricos do mundo, a deixou as sociedades com desigualdades marcantes e marca a difusão das seus princípios como única alternativa possível (ANDERSON, 1995).

A ALBA surge como uma possibilidade à influência norte-americana por criar um novo polo de diálogo entre os países, apoiando uma disputa entre projetos de integração, diminuindo assim a importância da relação com os Estados Unidos. Desta forma, a ALBA representa uma contenção do projeto imperial norte-americano na medida que propõe novas formas de integração visando o desenvolvimento social acima do econômico (PÁDUA, 2012).

Considerações finais

Com a análise teórica e histórica do imperialismo, com ênfase na América Latina, é visível o empreendimento capitalista dos países centrais sobre a região.

Lenin enfatiza o fato de o imperialismo ser a fase monopolista do capitalismo, no qual abrange o capital financeiro e o capital industrial e conseqüentemente a expansão territorial exemplifica a partilha do mundo entre os países capitalistas.

Enfatizamos primeiramente as mudanças econômicas e políticas que surgiram com as independências no século XIX. Estas apresentam o ponto inicial deste trabalho, que estabelece a influência do imperialismo na região e quais foram as tentativas de se libertar da dominação imperialista da Europa.

A seguir partindo para o desenvolvimento do capitalismo imperialista no século XX, com a ascensão dos Estados Unidos para o posto de referência política e econômica mundial e o início das expansões monopolistas para as regiões que não se encontram no centro de desenvolvimento do modelo capitalista. A América Latina torna-se o centro de investimento norte-americano. Os Estados Unidos começam a defender a região em relação à dominação europeia e começam sua política de intervenções diretas e indiretas para o hemisfério responder a seus interesses. Ao mesmo tempo, a região latino-americana tem suas elites nacionais que acoplam-se aos interesses norte-americanos. Movimentações anti-imperialistas aconteciam simultaneamente para conter a dominação corrente em todo o continente e os dois libertadores que mereceram destaque neste trabalho são Simón Bolívar e José Martí. Estes inspiram a ideia de integração regional apresentada pela ALBA, afirmando que a integração

dos países latino-americanos seria imprescindível para que houvesse a libertação da região da dominação europeia e posteriormente norte-americana.

A partir da década de 1950 a guerra contra o comunismo é a política norte-americana principal, com apoio a ditaduras e governos repressores. Exemplo de libertação latino-americana, a Revolução Cubana de 1959, é o movimento de referência anti-imperialista do século XX, aliado à União Soviética. Cuba, em conjunto com a Venezuela, formou a ALBA, retomando seu histórico de lutas anti-imperialistas.

Na década de 1970 a política dos Estados Unidos mudou para a defesa dos direitos humanos e da liberdade. A redemocratização dos países latino-americanos marcou a década de 1980, e juntamente com o fim desta década chega ao fim a Guerra Fria e os Estados Unidos tornam-se a potência mundial em detrimento da União Soviética.

Conseqüentemente, a década de 1990 marca a transformação política da América Latina, tendo o neoliberalismo como política vigente. A iniciativa dos Estados Unidos de firmar tratados de livre comércio entre os países do continente iniciam no começo da década com a Iniciativa para as Américas proposta por George Bush e retomada por Bill Clinton com a Cúpula das Américas onde foi apresentada a ALCA.

A partir dos anos 2000 a política latino-americana altera sua característica neoliberal com a presença de governos progressistas. Alguns destes, com ideais críticos ao modelo de integração e desenvolvimento próximos do âmbito norte-americano. Desta forma, a ALBA surge exatamente como uma contraproposta feita pelo presidente da República Bolivariana da Venezuela, Hugo Chávez Frias, apresentando um modelo de integração fora dos padrões de econômicos e com ênfase no desenvolvimento social e cultural da região, respeitando a soberania e afirmando a necessidade de cooperação entre os países, criando uma alternativa à dependência latino-americana com os Estados Unidos.

A análise da Alternativa Bolivariana para os Povos de Nossa América é importante por se caracterizar desde o princípio como uma integração anti-imperialista, e em busca do desenvolvimento social e uniforme da América Latina, dando importância à defesa da cultura latino-americana e também ao rompimento necessário com os Estados Unidos e sua política neoliberal que não mostrou resultados de desenvolvimento da região.

A ALBA, desta forma, exhibe seu caráter anti-imperialista por fazer oposição ao império norte-americano apresentando princípios divergentes ao modelo econômico e social sugerido pelos Estados Unidos, monopólios e capital financeiro, que representa o acordo entre

bancos e grandes indústrias. A ALBA também se lança contra as instituições de expansão imperial, como o BM, o FMI e a OEA.

Diferente das propostas norte-americanas, a ALBA defende o bem-estar social e a importância da sociedade civil em suas deliberações e aproxima as lutas anti-imperialistas históricas na América Latina para suas resoluções.

Referências Bibliográficas

AGUIRRE, Luis Maira. Las relaciones entre América Latina y Estados Unidos: balance y perspectivas. Em publicacion: **Política y movimientos sociales em um mundo hegemónico**. Lecciones desde África, Ásia y América Latina. Borón, Atílio A.; Lechini, Gladys; CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Julho 2006. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/sursur/politica/PICuno1.pdf>> Acesso em fev. 2014

ALBA. Antecedentes históricos del ALBA. Disponível em: <http://www.alianzabolivariana.org/antecedentes_alba_listar.php> Acesso em fev. 2014.

_____. Construindo a ALBA a partir dos povos. Disponível em <http://www.alianzabolivariana.org/que_es_el_alba.php> Acesso em fev. 2014.

ALBA-TCP. Declaraciones y resoluciones. Disponível em: <<http://alba-tcp.org/content/declaraciones-y-resoluciones-cumbres>> Acesso em fev. 2014.

_____. Principios del ALBA. Disponível em: <<http://alba-tcp.org/content/principios-fundamentales-del-alba>> Acesso em fev. 2014.

ALCA. Antecedentes do processo ALCA. Disponível em: <http://www.ftaa-alca.org/View_p.asp> Acesso em fev. 2014

ALTMANN, Josette. **ALBA Institutions and Mechanisms**. Disponível em: <<http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/22406.pdf>> Acesso em fev. 2014.

AMIN, Samir. O imperialismo, passado e presente. **Tempo**, volume 9, Niterói 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-77042005000100005&script=sci_arttext> Acesso em fev. 2014.

ANDERSON, Perry. O balanço do neoliberalismo. In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23. Disponível em: <paje.fe.usp.br/~mbarbosa/cursograd/anderson.doc> Acesso em fev. 2014.

AYERBE, Luis Fernando. **Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia**. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

BARREIROS, Daniel de Pinho. Atuação da delegação brasileira na formulação do Acordo Internacional de Bretton Woods (1942-1944). **História**, Franca, v. 28, n. 2, 2009. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742009000200018&lng=pt&nrm=iso Acesso em fev. 2014.

BRAGA, Márcio B. Integração Econômica Regional na América Latina: Uma Interpretação das Contribuições da CEPAL. **Indic. Econ. FEE**, Porto Alegre, v.29, nº4, p.200-220, fev. 2002. Disponível em: http://www.usp.br/prolam/downloads/2001_01_01.pdf Acesso em fev. 2014.

BORÓN, Atilio A. **A questão do Imperialismo. In: A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas** Boron, Atilio A.; Amadeo, Javier; Gonzalez, Sabrina. 2007. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsd/collect/clacso/index/assoc/D1449.dir/cap23.pdf> Acesso em fev. 2014.

CASANOVA, Pablo González. **História Contemporânea da América Latina: imperialismo e libertação**. São Paulo: Vértice, 1987.

CASAS, Alexandro. Pensamiento sobre integración y latinoamericanismo: origenes y tendencias hasta 1930. Coleção Integratemas. Ediciones Ântropos, Colômbia, 2007. Disponível em: <http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/libros/libros-000005.pdf> Acesso em fev. 2014.

CEPAL, O que é a CEPAL. Disponível em <http://www.eclac.cl/cgi-bin/getProd.asp?xml=/brasil/noticias/paginas/2/5562/p5562.xml&xsl=/brasil/tpl/p18f.xsl&base=/brasil/tpl/top-bottom.xsl> Acesso em fev. 2014.

DONGHI, Túlio Halperin. **História da América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREITAS, William Daldegan de. Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA): as particularidades de um projeto inovador. In: 3º ENCONTRO NACIONAL ABRI 2011, 3, 2011, São Paulo. **Proceedings online...** Associação Brasileira de Relações Internacionais Instituto de Relações Internacionais - USP, Available from: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000122011000300058&lng=en&nrm=abn Acesso em dez. 2013.

Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (Secretaría General). **Dossier Asociación de Estados del Caribe** / ed. Jossette Altmann; comp. Tatiana Beirute. – 1a. ed. – San José, C.R.: FLACSO, 2008. Disponível em: <http://www.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2009/03106es.pdf> Acesso em fev. 2014.

FILGUEIRAS, Luiz. Neoliberalismo e crise na América Latina: o caso do Brasil. **CLACSO**, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2003. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20100723022522/filgueiras.pdf> Acesso em fev. 2014

GANDÁSEGUI, Marco A. América Latina y el imperialismo em el siglo XXI. In: **La economía mundial y América Latina. Tendencias, problemas y desafíos**. CLACSO,

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2005. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsd/collect/clacso/index/assoc/D2771.dir/7ParteII2.pdf>> Acesso em fev. 2014.

IANNI, Octavio. **Imperialismo na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

_____. **O labirinto latino-americano**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

LENIN, Vladimir. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. São Paulo: Global Editora, ed. 2, 1982.

LOWENTHAL, Abraham F. Os Estados Unidos e a América Latina: além da era Reagan. **Lua Nova**, nº18, São Paulo, aug. 1989. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n18/a04n18.pdf>> Acesso em fev. 2014

LUXEMBURG, Rosa. **A acumulação de capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, ed. 2, 1976.

MACHADO, Eliel Ribeiro. **Imperialismo, soberania e democracia na América Latina nos anos 90**. Disponível em: <http://www.pucsp.br/neils/downloads/v9_artigo_eliel.pdf> Acesso em fev. 2014.

MARTINS FILHO, João R. Os Estados Unidos, a revolução cubana e a contra-insurreição. **Revista de Sociologia e Política**, nº12: 67-82, jun.1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n12/n12a04.pdf>> Acesso em fev. 2014.

MEIRELES, Monika R. de Freitas. Neoliberalismo e contestação social na América Latina: elementos para uma sociologia crítica. **GEPAL**, Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2008. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/monikaribeiro.pdf>> Acesso em fev. 2014.

NASCIMENTO, Grazielle Rodrigues do. UM ARQUIPÉLAGO TELEGUIADO: Fernando de Noronha na relação do Brasil com os Estados Unidos. In: ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009. **Anais**, Fortaleza: ANPUH, 2009. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0260.pdf>> Acesso em jan. de 2014.

NUNES, Eduardo Silveira Netto. As velhas crises mundiais. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v.27, n.79, June 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092012000200018&lng=en&nrm=iso> Acesso em fev. 2014.

OEA. Quem somos. <http://www.oas.org/pt/sobre/quem_somos.asp> Acesso em fev. 2014

OLIVA, Carlos. Los Estados Unidos, América Latina y el Caribe: del neopanamericanismo al sistema americano del siglo XXI. In: Los Estados Unidos, América Latina y el Caribe: los otros senderos del ALCA. AYERBE, L. F., OLIVA, C. (org.). Editora Cultura Acadêmica. p. 63-108. São Paulo, 2007.

PÁDUA, Adriana Suzart de. **ALBA-TCP: uma cultura de integração regional alternativa para a América Latina?**. Universidade Estadual de São Paulo UNESP, Franca, 2012. Disponível em: <<http://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/Historia/adriana.pdf>> Acesso em fev. 2014.

PRADO, Maria Ligia Coelho. Esperança radical e desencanto conservador.... **História**. São Paulo, v. 22, n. 2, p15-34, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v22n2/a02v22n2.pdf>> Acesso em fev. 2014.

PREBISCH, Raúl, O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA AMÉRICA LATINA E ALGUNS DE SEUS PROBLEMAS PRINCIPAIS. In: Bielsthowsky, Ricardo (org.), Cinquenta anos do pensamento na CEPAL, p.69-136. Rio de Janeiro: Record, 2000. <<http://archivo.cepal.org/pdfs/cdPrebisch/003.pdf>> Acesso em jan. 2014.

SADER, Emir. Pós-neoliberalismo na América Latina. **Carta Maior**. 2008. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/Pos-neoliberalismo-na-America-Latina-/19147>> Acesso em fev.2014.

SAIANI, Renato Cesar S. A guerra no papel: o processo de independência cubana nas páginas de *O Estado de S. Paulo* (1895-1898). **Revista Angelus Novus**, São Paulo, nº3, maio. Disponível em: <http://www.usp.br/ran/ojs/index.php/angelusnovus/article/view/127/pdf_27> Acesso em fev. 2014

SANTOS, Marcelo. **O poder norte-americano e a América Latina no pós-Guerra Fria**. Annablume; Fapesp, 2007.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **História das Relações Internacionais Contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização**. São Paulo: Saraiva, 2008.

SASTRE, Angelo. El ALCA y la política neoliberal: ¿hegemonía y dominación en América Latina?. In: **El ALCA y sus peligros para América Latina**, CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2005. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/formacion-virtual/20100719063444/4Sastre.pdf>> Acesso em fev. 2014.

SEABRA, Raphael Lana. A primeira revolução do século XXI? Bolivarianismo e socialismo na Venezuela. **Soc. estado**. Brasília , v. 27, n. 1, Apr. 2012 . Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/10635/3/2012_RaphaelLanaSeabra.pdf> Acesso em dez. 2014.